QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA:

Os desafios para o (re)conhecimento

© Rapahel Rabelo

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA:

Os desafios para o (re)conhecimento

Copyright © 2020 de Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam). Todos os direitos reservados.

Um produto
CONAQ e Ecam

Em parceria
USAID e Google Earth Outreach no âmbito do Programas Compartilhando Mundos e do Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais

Execução
CONAQ e Ecam

Organização
Katia dos Santos Penha
Givânia Maria Silva
Meline Cabral Machado

Elaboração de conteúdo
CONAQ
Ecam
Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD

Os recursos da USAID foram direcionados e investidos diretamente e apenas para comunidades quilombolas localizadas na Amazônia Legal.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

E64q Quilombolos e quilombolas na Amazônia: os desafios para o (re) conhecimento. Katia dos Santos Penha, Givânia Maria Silva, Meline Cabral Machado (organizadoras). – Brasília : ECAM/ CONAQ, 2020.

84 p. : il.; 28x20 cm
ISBN 978-65-87566-00-9

1. Quilombos. 2. Comunidade quilombola. 3. Amazônia. I. Título.

CDU: 316.02

Colaboração
Arlison Kleber
Hebert Adeci Lucena Silva
Ianaê Pivetta
Ivo Fonseca Silva
Gonzalo Pallardó Sáez
Luiza Viana Araújo
Maryellen Crisóstomo
Muryel Moraes Arantes
Rogerio Rodrigues do Nascimento
Selma dos Santos Dealdina

Fotografias
Ana Carolina Fernandes
Maryellen Crisóstomo
Nathalia Purificação
Raphael Rabelo
Vanessa Eyng

Revisão
Fernanda Costa Abreu

Projeto Gráfico, diagramação
Luciano Silva
www.rl2design.com.br

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA:

Os desafios para o (re)conhecimento

2020

© Maryellen Crisóstomo

© Rapahel Rabelo

CONAQ
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foi criada em 1996 como um movimento de âmbito nacional com o objetivo de representar e defender os direitos dos quilombos situados em todas as regiões e biomas brasileiros, nos meios rural e urbano.

Sua pauta principal é a defesa dos territórios quilombolas, buscando efetivar o direito à titulação baseada na propriedade coletiva e se opondo a grandes empreendimentos econômicos exploratórios – agronegócio, mineração, especulação imobiliária, indústrias, parques eólicos, entre outros – cujas atividades têm impactado severamente o modo de vida quilombola.

As ameaças e violações dos direitos humanos individuais, sociais, econômicos, culturais e ambientais, têm colocado em risco a sobrevivência das comunidades quilombolas e resultado na morte de suas lideranças.

Frente a isso, a CONAQ, ao longo de sua existência, tem ampliado suas parcerias e construído estratégias de fortalecimento dos quilombos no Brasil. Como uma das estratégias, tem-se o acesso a novas tecnologias e conteúdos relacionados a seu uso como ferramentas de divulgação e fortalecimento da luta dos quilombolas, em âmbito nacional e local, por meio do conhecimento. Nesse sentido, os Programas Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e Compartilhando Mundos proporcionaram e potencializaram ações voltadas para jovens quilombolas da Amazônia.

Ecam

A Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) é uma organização que atua pela integração entre o desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio ambiental. Desde 2002, apoia os povos e comunidades tradicionais na implementação de projetos e processos que buscam promover e fortalecer o conhecimento relacionado à gestão territorial e ambiental de seus territórios.

Por meio dos Programas Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e Compartilhando Mundos, a Ecam apoia essas comunidades nos usos de tecnologias, coleta e análise de dados, combinando o conhecimento local e tecnologia, para que possam pensar em ações estratégicas para os seus territórios e para acesso às políticas públicas.

Google Earth Outreach

O Google *Earth Outreach* é parceiro de organizações que visam criar novos conhecimentos, aumentar a conscientização e possibilitar ações em direção à impactos sociais e ambientais positivos, usando dados geográficos e ferramentas tecnológicas.

O Google *Earth Outreach*, juntamente com a Ecam e seus demais parceiros na Amazônia brasileira, buscou apoiar povos indígenas e quilombolas no mapeamento e monitoramento de seus territórios. Como parte do Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais, forneceu treinamento e conhecimentos sobre as tecnologias de mapeamento Google Earth e de monitoramento *Open Data Kit* (ODK).

USAID

DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

Os programas Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e Compartilhando Mundos são apoiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil), por meio da Parceria para Conservação da Biodiversidade na Amazônia (PCAB) - um acordo bilateral com o governo brasileiro que tem como objetivo apoiar estrategicamente o trabalho de conservação da biodiversidade na região.

Para a USAID tem sido importante o investimento realizado no programa diante dos resultados positivos e transformadores alcançados até o momento. São várias comunidades quilombolas beneficiadas no Bioma Amazônia, por atividades que promovem a disseminação e treinamento em novas tecnologias e engajamento em novas oportunidades, por meio de *workshops* ministrados pelo projeto.

Os recursos da USAID foram direcionados e investidos diretamente e apenas para comunidades quilombolas localizadas na Amazônia Legal.

© Vanessa Eyng

© Rapahel Rabelo

SUMÁRIO

1. Apresentação 9

2. O Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e o Programa Compartilhando Mundos 13

3. Como foi feito? 17

4. O que é Quilombo e o que é ser quilombola? 21

5. Quilombos e Quilombolas no Brasil 25

6. Socioeconomia dos Quilombos do Programa 31

7. Lições aprendidas 79

© Rapahel Rabelo

APRESENTAÇÃO

“Informação é (re)conhecimento”.

O movimento quilombola, representado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) afirma a necessidade de reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas, que buscam resistir e transpor a invisibilidade que lhes é imposta. Essa invisibilidade é estratégica do ponto de vista do Estado, para não ter que lidar com as mais de 6.300[1] comunidades quilombolas presentes em 24 Estados da federação e efetivar políticas públicas e os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

A narrativa da abolição formal da escravatura no Brasil, em 1888, ignorou inúmeros registros históricos sobre a contribuição dos negros e negras para a formação da sociedade brasileira. Isso gerou um silenciamento que, ao longo dos anos, produziram - e continuam produzindo - desigualdades entre negros e brancos. Muitos desses apagamentos e silenciamentos têm se estruturado no racismo institucional que perpassa pela educação, meios de comunicação, saúde, moradia, acesso à terra, entre outros.

Ao não se contar a história de resistência, faz-se crer que não houve resistência, insurgência e nega-se, portanto, todos os processos organizativos e da luta de negros e negras que foram responsáveis pela ruptura da escravidão no Brasil e nas Américas. É possível dizer que muitas das negações de direitos aos quilombolas estão associados ao racismo, que do individual, se estende às instituições e forma o que se chama atualmente de racismo institucional.

Por isso, a construção de técnicas e o domínio de ferramentas pelos próprios quilombolas poderá ser uma medida eficaz no combate ao racismo institucional, além de subsidiar novas formas de lutas. Assim, o Compartilhando Mundos se apresenta dentro de uma estratégia de empoderamento pautada no acesso à informação, o que é importante para a juventude, sobretudo, a juventude da região da Amazônia.

Por muito tempo as comunidades quilombolas, assim como outras populações tradicionais, viveram sem qualquer apoio do Estado e isso nunca causou estranheza à sociedade, quando se inicia

[1] www.conaq.org.br

um processo, ainda tímido, de acesso às políticas públicas as reações são imediatas dentro das instituições.

Isso é o que nos leva a associá-las ao racismo institucional. E, no caso da região amazônica, outros estereótipos se somam, como por exemplo, as narrativas de que não há negros e negras na região. Esse é um exemplo clássico de invisibilização de marginalização dos quilombos e quilombolas na Amazônia. O programa Compartilhando Mundos proporcionou o exercício de visualização dos quilombos através de ferramentas de coleta, análise e apresentação de dados, os mapeamentos comunitários, de modo que suas ações e lutas por direitos também sejam devidamente representadas

Criar mecanismos que permitam o reconhecimento pela sociedade brasileira dos quilombolas e de seus direitos aos territórios, tem uma dimensão transcendente ao próprio segmento. É a compreensão da história dos quilombos e de sua formação que proporciona maior consciência em relação à história do Brasil. Reconhecer a contribuição dos negros e negras é uma forma de valorização da cultura e história de resistência de todos os povos. Por isso, fortalecer os meios para que os quilombos possam contar sua própria história é tomar para si ou como seu, ou seja, apropriar-se de suas raízes e responsabilidades e, assim, incumbir-se do bem-estar de 53,6%[2] da população, formada por pretos e pardos autodeclarados - índice que coloca o Brasil como um país formado por maioria de pessoas negras.

"As mulheres quilombolas estão expostas às várias formas de violência e são as principais impactadas pelos conflitos territoriais..."

Nesse universo, estima-se que cerca de 16 milhões são quilombolas[3], que têm contribuído com a sociedade por meio de sua cultura, respeito à natureza e manejo ambiental sustentável, além de seus conhecimentos agrícolas, fitoterápicos, culinários, do artesanato e organizações produtivas solidárias e sustentáveis. Essa estratégia permite fortalecer, por meio de uma articulação em rede, a própria sociedade civil.

Também é relevante pensar o papel das mulheres quilombolas dentro de uma ação estratégica que a exemplo do que acontece no conjunto da sociedade brasileira, continuam sendo vítimas de machismo, racismo e violência doméstica. Porém, tal situação se torna oculta pela ausência de dados estatísticos sobre esta realidade.

Mas, como medida de contraposição a essas violências, na composição das instâncias de representação locais e estaduais, a presença das mulheres tornou-se majoritária e a valorização e protagonismo das mulheres quilombolas devem ser tratadas como prioridade no conjunto das atividades desenvolvidas pela CONAQ e seus parceiros.

As mulheres quilombolas estão expostas às várias formas de violência e são as principais impactadas pelos conflitos territoriais, principalmente dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas e pela supressão de direitos. Isso compromete significativamente o desenvolvimento social e econômico dessas mulheres. Mesmo assim, percebe-se que as comunidades quilombolas resistem e o

[2] www.ibge.gov.br
[3] www.conaq.org.br

protagonismo e a força das mulheres quilombolas têm peso significativo nesses contextos.

O papel das mulheres na geração de renda das comunidades quilombolas são permeadas por enormes desafios, pois a renda produzida pelas mulheres tem pouca visibilidade e reconhecimento e, muitas vezes, não são incluídas nos dados de composição da renda familiar.

Enquanto os homens migram para as cidades mais próximas ou mesmo para os grandes centros em busca de trabalho, elas permanecem nos quilombos e ali produzem e garantem o sustento de seus filhos. Nesse contexto, o manejo dos recursos naturais e do plantio na roça, a organização social do território e a transmissão dos saberes ancestrais são sustentados pelas mulheres quilombolas.

A juventude quilombola também têm papel fundamental em suas comunidades. Percebe-se que vários processos incidem na atuação da juventude e nas formas de produção nos quilombos, são grupos mais vulneráveis por não serem ativamente reconhecidos nos meios de produção e na geração de renda. É o público que mais se desloca de suas comunidades para os grandes centros.

A saída dos jovens de suas comunidades tem efeitos visíveis e está se tornando cada vez mais comum. Talvez isso ainda se agrave pela falta de estratégias que os envolvam nos trabalhos dos territórios. Para mudar esse cenário, a CONAQ vem estimulando o envolvimento da juventude para pensar em novas formas de geração de renda na qual eles/elas possam estar inseridos e assim permanecerem em seus territórios. Uma dessas formas pode ser o trabalho com novas tecnologias aplicadas aos mapeamentos comunitários. Assim, o programa Compartilhando Mundos oferece novos conhecimentos e oportunidades para que a juventude possa desenvolver suas capacidades individuais em prol de suas comunidades.

Na Amazônia, a necessidade de fortalecer as mulheres e a juventude é ainda maior. Devido às dificuldades logísticas de acesso às comunidades e até mesmo a distância entre estas, os membros das comunidades têm que lidar também com os impactos de uma acessibilidade precária.

Por isso, a CONAQ entendeu que era preciso ampliar a interlocução e articulação nesta região, mobilizando ações e propondo estratégias para que o programa fosse executado da forma mais ampla possível e produzisse os resultados desejados. Assim, os dados aqui analisados são um esforço da CONAQ junto com as comunidades, para construir e qualificar as informações advindas dos formulários de pesquisa. Diferentes de tantas outras metodologias utilizadas de fora para dentro das comunidades, essa foi uma iniciativa do movimento quilombola para o movimento quilombola. Não foram alcançadas todas as comunidades quilombolas da região amazônica, mas construiu-se uma base importe que pode auxiliar as demais comunidades da região e de outras regiões do Brasil.

É preciso fortalecer a apropriação das ferramentas do programa, compartilhando, em primeiro plano, entre as organizações quilombolas e em segundo plano, promovendo a incidência de seus resultados na política dos Municípios, Estados e União. O programa Compartilhando Mundos atravessou fronteiras, rios, terras, mares e florestas para planejar e construir novos caminhos para fortalecer o desenvolvimento das comunidades quilombolas e seus territórios.

Vó Camila, matriarca da Comunidade Quilombola Lajeado (TO), compartilhou muitas histórias, conhecimentos e sabedorias de sua luta e existência. Deixamos a ela nossa homenagem nessa publicação. Nasceu em 07/1938, faleceu em 11/2019.

© Rapahel Rabelo

2

O PROGRAMA NOVAS TECNOLOGIAS E POVOS TRADICIONAIS E O PROGRAMA COMPARTILHANDO MUNDOS

PROGRAMA NOVAS TECNOLOGIAS E POVOS TRADICIONAIS[4]

Desde 2007, o Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais vêm apoiando povos tradicionais na implementação de práticas relacionadas ao uso sustentável de seus territórios. Por meio de atividades que envolvem ações formativas, intercâmbio de conhecimentos e suporte às ações de coleta de dados em campo. O programa promoveu o acesso e a difusão de técnicas e ferramentas para mapeamentos e diagnósticos comunitários. Esse trabalho foi realizado com uma metodologia única, construída juntamente com as comunidades das diversas áreas atendidas pelo programa.

O Google *Earth* é um programa de mapeamento que possibilita viajar por satélites conhecendo o território e realizando mapeamentos únicos. As comunidades que usam o Google *Earth* podem inserir informações importantes para o seu território, como elementos culturais, infraestrutura, o uso da terra (caça, pesca, roça, etc.), entre outros. Todas essas informações podem resultar no Mapa Etnográfico, que é um Mapa Cultural feito diretamen-

O objetivo do programa é promover o uso de ferramentas acessíveis e gratuitas do Google, como o Google Earth e o ODK. Essas tecnologias podem apoiar práticas relacionadas à gestão dos territórios e dar visibilidade para as histórias e reivindicações das comunidades.

[4] https://sites.google.com/earthoutreach.org/amazon/home?authuser=0

© Vanessa Eyng

te no Google *Earth* pelas próprias comunidades, e também em outros tipos de mapa como os de infraestrutura ou ainda aqueles que destacam acordos políticos. Todos têm o potencial de fortalecer a autonomia das comunidades.

Open Data Kit: conjunto de ferramentas que permite que sejam realizados, por meio de smartphones e tablets, levantamentos e organização de dados. Conforme o interesse de cada comunidade é possível coletar informações sobre socioeconomia, invasões em áreas protegidas ou volume de produção, por exemplo.

Essas ferramentas têm sido utilizadas pelas comunidades para sistematizar informações sobre os seus territórios, suas vivências e territorialidades, ampliando os mecanismos de diálogo na busca pela efetivação de direitos, por meio das políticas públicas, e divulgação de histórias de lutas, resistência e conquistas.

PROGRAMA COMPARTILHANDO MUNDOS

O Programa Compartilhando Mundos surge da demanda das comunidades de ir além do aprendizado e uso das ferramentas do Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais. Nessa segunda fase, as comunidades passam pelo aprendizado de análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados, com as ferramentas tecnológicas, e criam estratégias de aplicabilidade para as informações obtidas. O principal foco destas estratégias tem sido subsidiar a busca por efetivação de seus direitos e acesso às políticas públicas.

O Programa Compartilhando Mundos proporciona que as comunidades tenham dados qualificados e de propriedade do próprio movimento quilombola, para apoiar nos planejamentos estratégicos dessas comunidades.

O principal objetivo do Programa Compartilhando Mundos é dar visibilidade às diferentes realidades vividas. Realidades que englobam lutas, resistência, conquistas, fortalecimento cultural e institucional, mas que também apresentam desafios. Toda essa diversidade traduzida em dados consistentes e compartilhada com a sociedade, demonstra a real necessidade de políticas efetivas para as necessidades dessas comunidades.

© Vanessa Eyng

© Vanessa Eyng

3

© Rapahel Rabelo

COMO FOI FEITO?

"Quem sempre entrou nas nossas áreas quilombolas foram essas pessoas estudiosas: antropólogos, geógrafos, pessoal das universidades. Mas nem sempre quando falávamos, eles mostravam a nossa realidade como nós contávamos. E nunca voltam. Não tem aquele retorno que a comunidade espera. E com esse curso não. Com a Ecam e CONAQ, foram os jovens quilombolas que foram para dentro dos quilombos."

(Patrícia Costa, Quilombola Alto Pirativa/AP).

As comunidades contempladas pelos programas foram indicadas pela CONAQ, envolvendo seis estados da Amazônia Legal: Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Rondônia e Pará, pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)[5], abrangendo as comunidades quilombolas do Município de Oriximiná, na Calha Norte (Pará). Ao todo, foram indicadas 30 comunidades, mas, com o desenvolver do programa, outras comunidades manifestaram interesse e o número passou para 142.

Na **primeira etapa**, foram realizadas reuniões com a CONAQ e ARQMO para elaborar o formulário a ser utilizado na coleta de dados. A temática escolhida pelas instituições foi a socioeconomia. Nesta mesma etapa foi realizado o planejamento das oficinas nos seis Estados mencionados anteriormente. Dentro do Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais, contamos com as capacitações nas ferramentas de Google Earth e Open Data Kit (ODK), que objetivaram capacitar jovens quilombolas nas ferramentas de levantamentos e de mapeamentos.

Ao todo, o programa capacitou mais de 230 pessoas nessas ferramentas, ao longo dos anos 2017 e 2018.

[5] No capítulo "Socioeconomia dos Quilombos do Programa" constam os dados dos formulários construídos pela Conaq. Na Calha Norte, em Oriximiná/PA, a ARQMO elaborou seu próprio formulário e não fazem parte da análise dos dados nesta publicação por serem formulários diferentes.

O material utilizado nas capacitações foi construído por meio da parceria com o Google Earth Outreach e pode ser acessado na íntegra em: https://sites.google.com/earthoutreach.org/amazon/materiais-de-treinamento?authuser=0. O intuito macro do Programa é tornar essas ferramentas gratuitas e de fácil manuseio, cada vez mais úteis para as comunidades em seus planejamentos territoriais e ambientais.

As capacitações contaram com instrutores da Ecam, Google e com monitores quilombolas, que foram capacitados em oficinas anteriores. Cada capacitação nas ferramentas durou três dias, abrangendo os temas: apresentação institucional da CONAQ, Ecam e Google; apresentação do Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e seus possíveis usos e objetivos; funcionamento do Google Earth e ODK, que aconteceram simultaneamente com turmas separadas, e planejamento logístico/executivo dos levantamentos em campo.

Na **segunda etapa**, aconteceram os levantamentos socioeconômicos e de mapeamento nas comunidades quilombolas. Além da realização das pesquisas, os jovens e as jovens, que participaram das capacitações, retornaram para as suas comunidades e promoveram novas capacitações, replicando o conhecimento adquirido para outros quilombolas e realizando levantamentos nas comunidades planejadas.

Esse trabalho realizado pela juventude, além de colocar em prática as ferramentas propostas, também proporcionou um aprendizado amplo sobre as etapas de realização de uma pesquisa. Durante os levantamentos, eles/elas puderam exercitar a capacidade de agir em diferentes tipos de articulações políticas, as normas de sistematização e relatoria e também a prestação de contas sobre os insumos adquiridos pelo programa. Ao passar por essas etapas, a juventude não só consolidou, na prática, o conhecimento adquirido na capacitação, como também se desenvolveu como uma equipe de pesquisa, fortalecendo ainda mais os processos de autonomia dos/das quilombolas.

A quantidade de pessoas realizando os levantamentos nas comunidades, mais do que triplicou em relação ao número de pessoas capacitadas no primeiro momento, chegando ao número de mais de **800** quilombolas aplicando as ferramentas.

Os levantamentos foram realizados em **98** territórios, **142** comunidades nos **06** Estados, abrangendo uma área de mais de **1 milhão** e **600 mil** hectares.

As etapas anteriores, constituídas basicamente pelas capacitações e aplicações das ferramentas em campo, foram parte do Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais. A partir disso, iniciou-se a **terceira etapa**, a qual foi desenvolvida no âmbito do Programa Compartilhando Mundos e teve como principal objetivo analisar os dados coletados e entender como usar esses dados para garantia de direitos e acesso às políticas públicas. Assim, ocorreram as oficinas de análise de dados.

Para as oficinas de análise de dados, contou-se com a expertise do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (Ibpad)[6] que, contratado pelo projeto, ficou responsável pela instrução da temática.

Durante as oficinas, foram realizadas as análises quantitativas e qualitativas dos dados socioeconômicos coletados, com o intuito de entender o presente das comunidades. Também foram utilizados os mapeamentos realizados pelas comunidades para conhecer mais sobre a dinâmica dos territórios. E, por fim, foi realizada uma instrução específica na ferramenta Excel, trabalhando tabelas dinâmicas e a construção dos gráficos da análise dos dados.

Foram realizadas 07 oficinas de análise de dados (sendo uma no Maranhão, uma no Mato Grosso, uma em Tocantins, uma no Amapá, uma em Rondônia e duas no Pará), com a participação dos jovens que fizeram os levantamentos em campo, representantes das associações e lideranças quilombolas.

O resultado da pesquisa socioeconômica está detalhado no tópico "Socioeconomia dos Quilombos do Programa". Neste tópico, são apresentados os dados coletados a partir do formulário construído pela CONAQ em cada Estado. Estes dados por comunidades ou territórios específicos podem ser encontrados no sistema "Centro de Documentação Quilombola Ivo Fonseca da Silva", disponível em www.cedoq.org.br.

Espera-se que essa metodologia possa ser replicada e aprimorada cada vez mais por outras comunidades quilombolas (não só da Amazônia, mas de outros biomas também), demonstrando que a pesquisa tem mais valor quando realizada pelas pessoas que vivem o dia a dia de seus territórios e que conhecem as especificidades das suas realidades.

Foram capacitados em análise de dados mais de **250** quilombolas.

Este diretório foi construído com recursos do Programa Compartilhando Mundos para apoiar a **CONAQ** e comunidades no gerenciamento das informações sobre seus territórios, iniciativas e políticas, tendo a **CONAQ** como instituição gestora responsável pelo sistema.

"Dados oficiais, são os nossos: coletados por Quilombolas sobre Quilombos".

Francisco Chagas Quilombo Tapuio/PI - CONAQ).

[6] https://www.ibpad.com.br/

4

© Rapahel Rabelo

O QUE É QUILOMBO E O QUE É SER QUILOMBOLA?

Os territórios quilombolas se constituem também em seus limites geográficos, mas sua essência vai além, pois passa pela incorporação das várias dimensões da vida. Neste aspecto, questões culturais, espirituais e religiosas são vivenciadas a partir do uso comum do território e dos modelos de tomada de decisões coletivas, considerando ações e atividades relacionadas à ancestralidade, sustentabilidade e respeito à natureza.

A retirada violenta de negras e negros do Continente Africano, para submetê-los/as à condição escrava como mão de obra em outros continentes - situação na qual se insere o continente Latino-americano - foi um dos atos mais violentos da história humana. A situação da escravização no Brasil não pode ser analisada sem antes dizer que poucos atos no mundo produziram tanta violência, extermínio e desumanização de povos e nações, causando efeitos incalculáveis no passado e na atualidade.

Constituídos como espaço de luta e resistência do povo negro no Brasil para romper com a escravidão, os quilombos implodiram o sistema escravista e hoje ameaçam o projeto colonial-moderno ao tentarem resistir/existir para se manterem e produzir em seus territórios.

As regiões onde estão localizados os quilombos dão a cada um deles características próprias, sem perder o que é mais importante e comum a todos, que é o significado do ser "quilombos e quilombolas". Sendo assim, falar dos quilombos é falar de conhecimentos, ciências e saberes neles e com eles existentes.

Portanto, a resistência vai desde necessidade de afirmação cotidiana do seu ser, até a resistência a um conjunto de fatores que operam nas vidas das/dos quilombolas e que lutam para não perder suas identidades, permanecer e pertencer a um espaço fundamentado da ancestralidade com as especificidades de cada território.

© Ana Carolina Fernandes

© Ana Carolina Fernandes

Se para o Estado brasileiro os quilombos ou comunidades remanescentes de quilombos são, como escreve o Decreto n° 4887/03, "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição,com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida", esse passado e trajetória tem como suporte a ancestralidade e a resistência. Portanto, o ser quilombola se reflete em aspectos territoriais, ambientais, pela vida em comunidade, pela defesa de direitos e pela luta contra o racismo estrutural. A definição de quilombos no Brasil, carrega consigo um conjunto de questões relacionadas à identidade, a pertença e ao pertencimento africano.

A vida social, os jeitos e formas de organização das/dos quilombolas não combinam com a lógica de desenvolvimento vigente no país. Essa é uma das peças-chave dos conflitos, pois é nesse embate que as/os quilombolas são os mais vulneráveis. Mesmo com toda resistência e luta, muitas vezes não conseguimos evitar os danos causados em nossos territórios e a corrente da irmandade e os laços ancestrais são corroídos por essa disputa e conflitos.

Como manter acesa a chama das lutas em cenários tão diversos? Diversos também são os territórios e as formas de defendê-los. E é lá que estão os quilombolas. Lá homens e mulheres plantam, colhem, rezam/benzem/curam, fazem artesanato, produzem a agricultura familiar e educam os seus filhos. É no quilombo que se enfrentam as questões oriundas do gênero e é no quilombo que a vida acontece.

Nesse mesmo espaço a medicina alternativa é produzida e conduzida muitas vezes pelas mulheres, pois ainda não chegam muitos dos serviços públicos de saúde e são os saberes existentes nos territórios quilombolas que sustentam a existência e o seu fazer-viver.

Refazer caminhos, sentir o chão, trazer presente suas memórias, sobretudo, as memórias da escravidão, não são sentimentos fáceis e talvez impossíveis de serem sentidos pelo externo sem a pertença, sobretudo, as memórias dos navios negreiros. Mas, se o caminhar, o sonhar, o lutar e defender a liberdade, sempre foi um cotidiano na vida dos negros e negras em todas as partes do mundo, nos quilombos do Brasil não seria diferente.

Por isso, nenhum quilombo a menos!

"Toda comunidade tem sua ciência. Nós fazemos ciência quando curamos com nossos chás, nossas rezas, nossos conhecimentos."

(Maria Rosalina dos Santos, Quilombo Tapuio/PI - CONAQ).

© Rapahel Rabelo

© Ana Carolina Fernandes

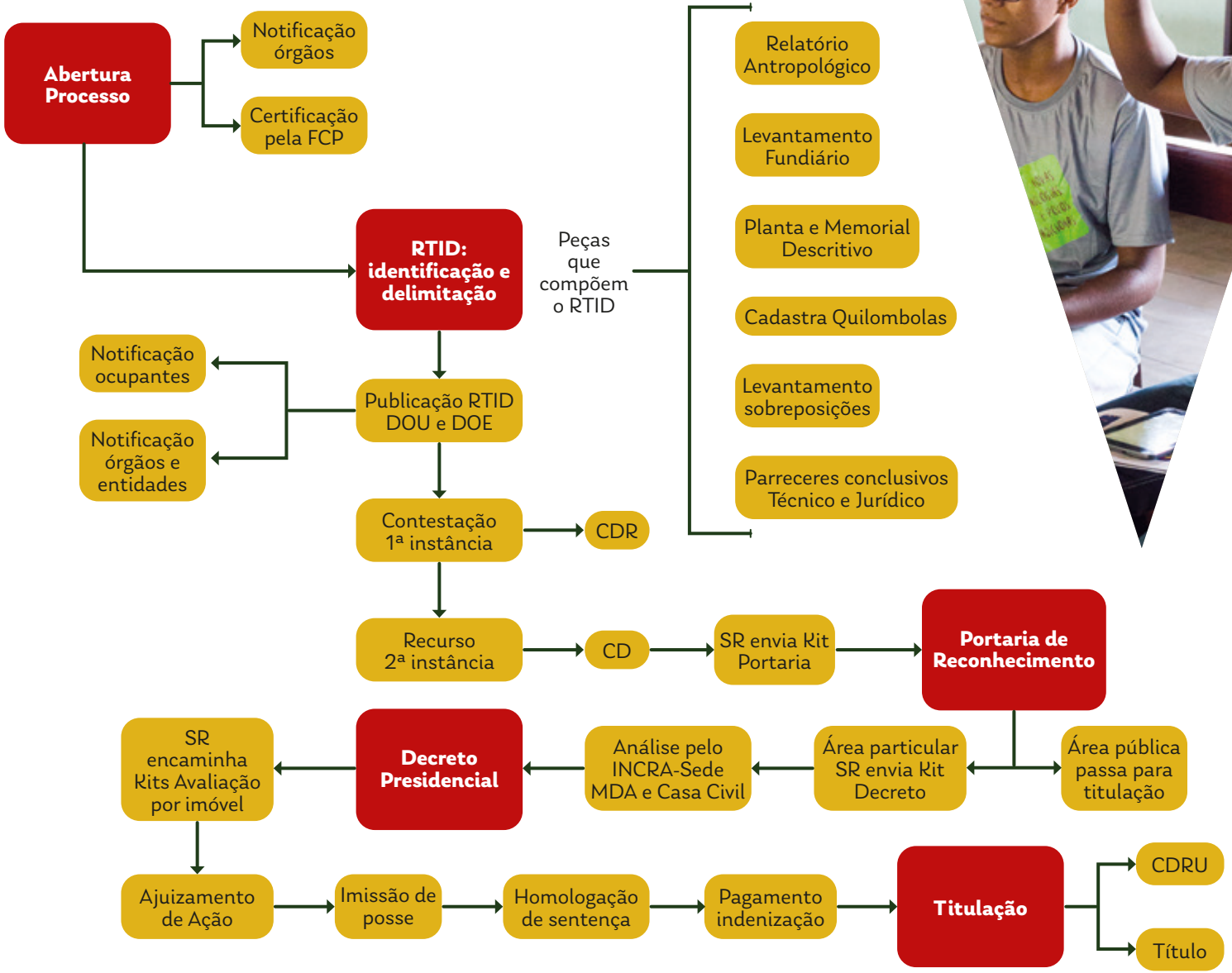
QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NO BRASIL

"Somos muitos! Somos mais 16 milhões de quilombolas presente em mais de 6.000 comunidades por todos os Biomas Brasileiros e não podemos ser ignorados."

(Ivo Fonseca da Silva, Quilombo Frechal/MA - CONAQ).

Silenciados e omitidos por muito tempo pela historiografia no Brasil, os quilombos passam a receber um olhar na década de 1970 pelo movimento negro brasileiro. O fato seguinte foi o reconhecimento desses grupos como sujeitos de direitos pela Constituição Federal de 1988. Desde então, se estabeleceu vários debates e de forma mais acentuada, sobre a explicitação dos direitos e a sua abrangência. As questões que têm guiado a maioria dos debates são as questões territoriais, sobretudo.

No âmbito do Programa Compartilhando Mundos, foi realizado, além da análise dos dados primários das comunidades, um levantamento de dados secundários sobre regularização fundiária dos territórios quilombolas em âmbito nacional. Essa pesquisa foi realizada pelo historiador Rogério Rodrigues e apresenta informações oriundas das instituições governamentais sobre os territórios quilombolas e suas etapas de titulação.



© Vanessa Eyng

Procedimento de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas
IN INCRA nº 57/2009

Até o mês de dezembro de 2019, período do levantamento dos dados secundários sobre os quilombos do Brasil, foram emitidas **2.798** certidões

Fundação Cultural Palmares

registrando **3.312** comunidades

Títulos TOTAIS governo federal

27 territórios

52 comunidades

Títulos PARCIAIS governo federal

43 territórios

48 comunidades

Títulos TOTAIS governos estaduais

106 territórios

148 comunidades

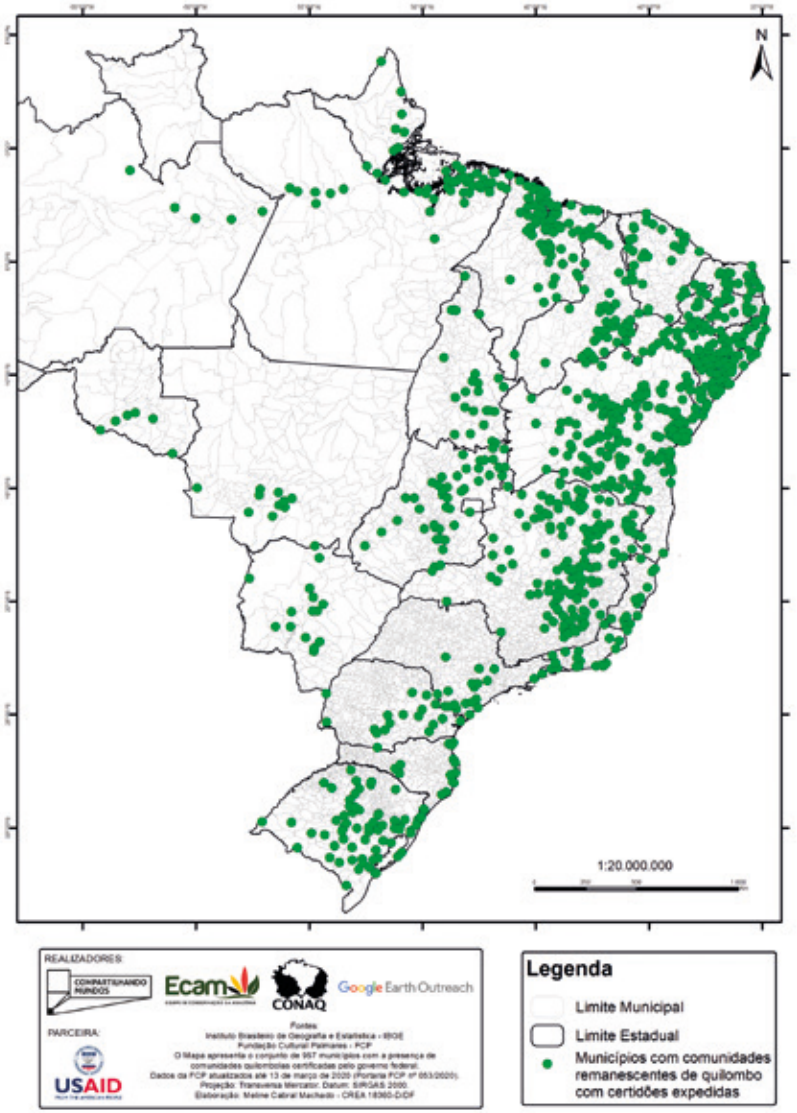
© Raphael Rabelo

© Nathalia Purificação

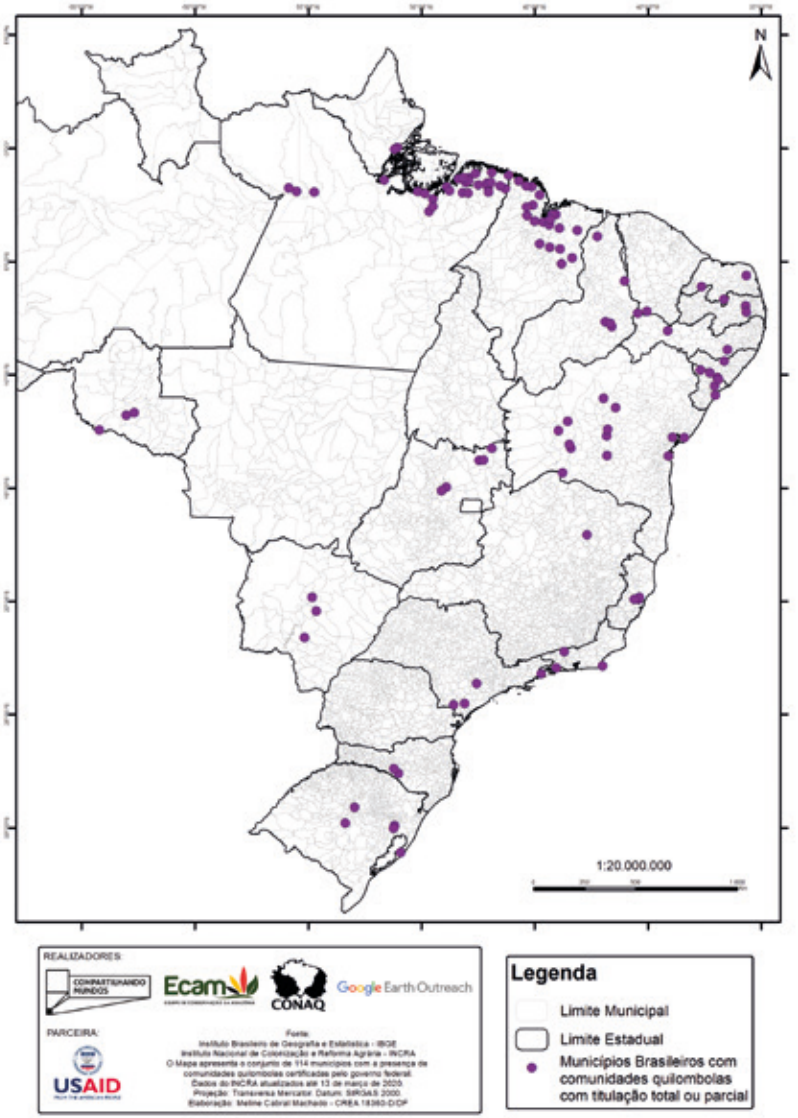
Importante ressaltar que os dados sobre certificação e titulação dos territórios quilombolas aqui apresentados, foram obtidos a partir da compilação de dados de várias instituições governamentais (federais, estaduais e municipais), no período de 2017-2019, e que, quando observados separadamente nestas instituições, podem apresentar variações. Isso acontece pela falta de padronização e de integração entre essas instituições o que dificulta o real acompanhamento da situação fundiária dos territórios quilombolas.

No mapa a seguir, torna-se visível a dificuldade no avanço das etapas sobre a regularização fundiária dos territórios quilombolas:

Municípios Brasileiros com registro de Comunidades Quilombolas Certificadas



Municípios Brasileiros com Comunidades Quilombolas com titulação total ou parcial



O atual cenário, onde poucos territórios quilombolas são titulados no Brasil, torna inviável o acesso integrado e qualificado a políticas públicas para assegurar o direito à saúde, educação diferenciada, segurança alimentar, produção, moradia, entre outros. É a comprovação de que, mesmo com alguns avanços na previsão de direitos, o racismo continua a pautar a ação política estatal, persistindo na tentativa de desumanizar e invisibilizar o povo quilombola, tornando-os reféns das mais diversas pressões territoriais.

Os vários tipos de conflitos e violação de direitos das/dos quilombolas, muitas vezes protagonizados pelo próprio Estado, têm tentado forçar um processo de desterritorialização dos quilombos em vários aspectos, sejam culturais, identitários, organizacionais, econômicos e outros. Estes conflitos estão relacionados ao processo de colonização e sobre o que se convencionou e se ensinou historicamente sobre a população negra e seu lugar de existir. Nunca se pensou em negros e negras livres e independentes, tão logo nunca seriam donos de terras.

"querem nos desterritorializar, mas resistiremos."

(Givânia Silva, Quilombo Conceição das Crioulas/PE - CONAQ).

Portanto, não se trata de ameaças aos territórios geofísico-regionais apenas. Trata-se de ameaças e perdas da história, da cultura e de muitas vidas de um Povo que resistiu a um dos processos de colonização mais duradouros e violentos que foi a escravidão no Brasil.

Ao se organizarem enquanto categoria de movimento social, por meio da CONAQ, as/os quilombolas criam uma estrutura representativa para levar suas demandas ao Estado brasileiro, denunciar as injustiças e exigir a efetivação de seus direitos. Nesse contexto, as questões territoriais têm sido o pilar mais forte da luta das/dos quilombolas e de suas organizações representativas.

É importante registrar que esses direitos ainda são pouco (re) conhecidos e efetivados, e mesmo quando as políticas públicas são implementadas, muitas vezes não respeitam as formas de vida do quilombo e violentam as suas manifestações culturais, ou ainda silenciam e omitem a sua existência.

O fato de o Estado brasileiro reconhecer as comunidades quilombolas como sujeitos de direitos também não significa que esses mesmos direitos, que ainda são recentes (1988-2020), não estejam em constantes ameaças, mesmo antes de serem alcançados pela maioria dos quilombos no Brasil. A grande maioria das ameaças vêm do próprio Estado, ou por este legitimada, a exemplo das sobreposições de bases militares, áreas restritas de preservação ambiental, grandes empreendimentos estatais sobre territórios quilombolas.

Uma das estratégias utilizadas pelo projeto colonial-moderno é o silenciamento das vozes quilombolas com a eliminação de vidas humanas e não humanas, que para esses coletivos, compõem a sua estrutura territorial (animais, florestas, águas, lugares sagrados, saberes, etc,). A usurpação dos territórios quilombolas pelas várias formas de violência deixaria o terreno livre e sem embaraço para a continuidade do projeto de colonização iniciado com a chegada dos portugueses ao Brasil e, atualmente, revestido de um discurso de modernidade.

Esse processo de repressão para expropriação territorial nos quilombos tem como objetivo principal dar continuidade à colonização e o domínio absoluto das terras, das águas, dos corpos, dos saberes, ou seja, dos bens materiais e imateriais que ainda existem nos quilombos e estão sob a guarda das/dos quilombolas.

Por isso, levantar e organizar informações sobre os territórios quilombolas e usá-las na luta, foi um dos principais objetivos dos Programas Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e Compartilhando Mundos.

6

© Nathalia Purificação

SOCIOECONOMIA DOS QUILOMBOS DO PROGRAMA

O Pará foi o estado que teve a maior proporção de respondentes da pesquisa e a maior quantidade de comunidades quilombolas entrevistadas. Devido essa proporção, houve a divisão das comunidades em 5 regionais (Guajarina I, Guajarina II, Nordeste Paraense, Tocantins e Marajó), facilitando a análise.

Entre os destaques das comunidades no Maranhão, está Frechal, tido como o primeiro quilombo reconhecido no Brasil, representando uma história de resistência.

No Tocantins, comunidades de Lajeado e Kalunga possuem laudo antropológico e um processo de demarcação de território mais avançado que as demais do Estado. Este documentos mencionados abordam um pouco da história de cada comunidade.

Em Rondônia, a maior comunidade é Santa Cruz, localizada muito próxima ao município. Quilombolas mencionam que parte das pessoas dessa comunidade mudaram a localidade de suas casas em virtude da especulação imobiliária existente no seu território de origem.

No Mato Grosso, há divergência entre a quantidade de família nas comunidades indicadas na pesquisa, e a realidade. Quilombolas que participaram da oficina de análise de dados afirmaram que esta diferença se deve ao fato de que muitas pessoas não estavam presentes quando os pesquisadores estavam em campo, isso por conta de estarem na cidade a trabalho ou estudo.

Os quilombos do Amapá possuem vasto território e forte relação com culturas agrícolas, como a extração de açaí e cupuaçu, além do cultivo de mandioca. No contexto histórico, há a preservação de suas raízes e memórias.

Abrangência do programa.

COMUNIDADE

• ABRANGÊNCIA

Os dados socioeconômicos aqui apresentados são de **107** comunidades quilombolas, localizadas nos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Rondônia e Pará. As entrevistas foram realizadas em **3.203** casas abrangendo **12.483** quilombolas.

PARÁ
55 comunidades

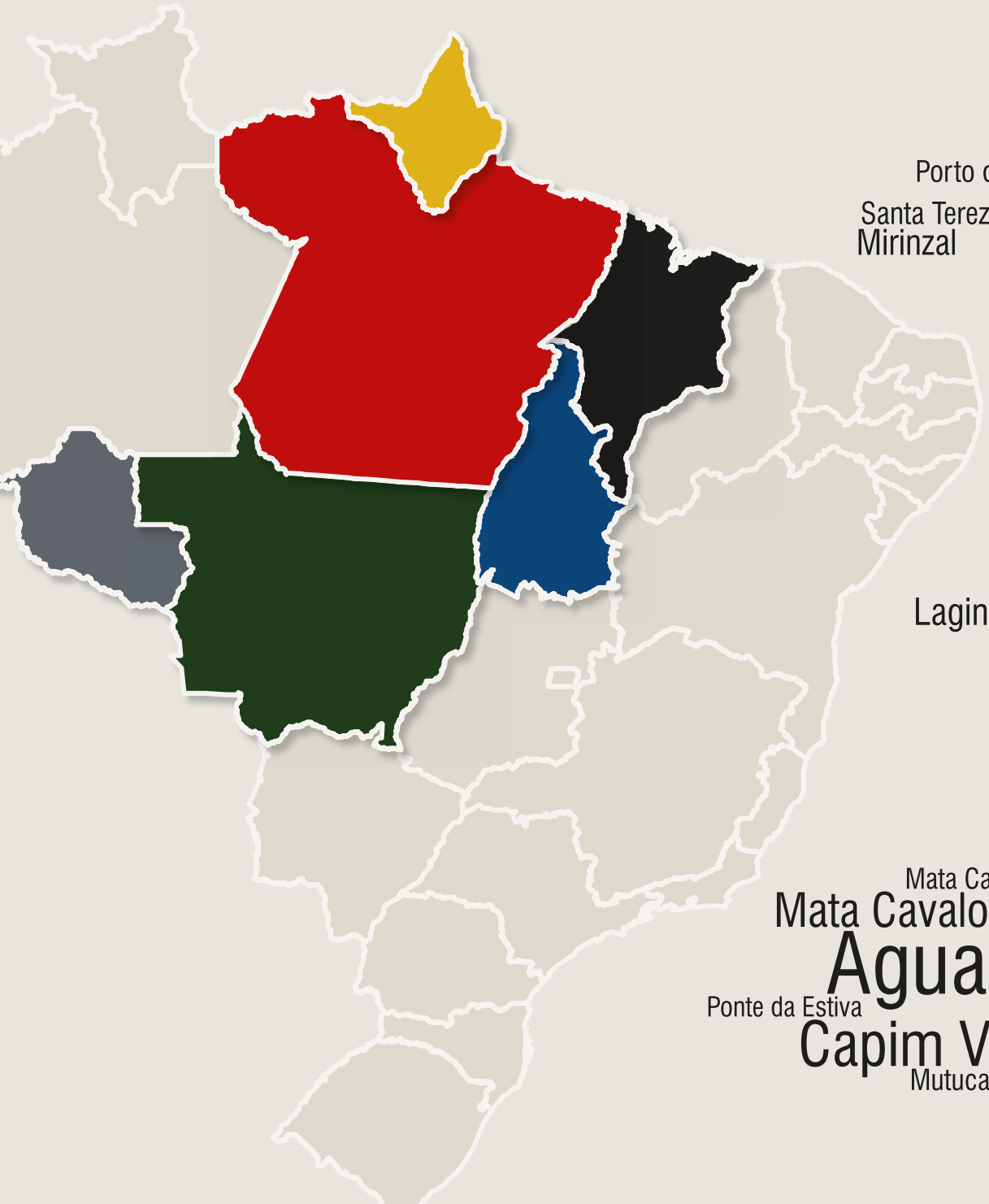
Espírito Santo do ITA
Vizânia
Baltazar
Muruteuazinho
São Pedro
Santa Rita de Barreira
Itacoã Miri
Tambaí-Açu
Itabocal
Alto Itacuruça
Tauéra Açu
Santa Maria
Mupi Torrão
Bracinho de Icatu
Jacarequara - Santa Luzia
Moju Mirim
Sítio Bosque
Acaraqui
Conceição do Mirindeua
São José da Povoação do Rio Mutuaca
São Sebastião
Guajará - Miri
Jacarequara - Santa Izabel
Igarapé Arirá
Poace
São José de Icatu
África-Laranjituba
Livramento
Pitimandeua
Santa Maria do Mirindeua
Santa Luzia do Traquateua
Cupuaçu
Uxizal
Arapapuzinho
Nossa Senhora das Graças
Samauma
Bandeira Branca
Boa Vista do ITA
Macapazinho
Santana do Baixo Jambuaçu

AMAPÁ
22 comunidades

Igarapé do Palha
Vila do Agostinho
Campina Grande
Matafome
Santa Luzia do Pacuí
São Sebastião da Boa Vista
São Benedito do Pacuí
São Tomé do Pacuí
Abacate da Pedreira
Vila do Damaso
Santa Catarina
São Francisco do Piririm
Garimpo de São Tomé
Cantanzal
São Benedito
Alto Pirativa
Nossa Senhora do Disterro 2 Irmãos
Retiro Boa Vista
Curiau
Vila Velha
Cunani
Maruanum

RONDÔNIA
8 comunidades

Pedras Negras
Forte Príncipe da Beira
Santo Antônio do Guaporé
Santa Fé
Laranjeiras
Pimenteiras do Oeste
Santa Cruz



Graça de Deus
Colônia
Frechal
Porto do Nascimento
Santiago
Santa Tereza
Bom Viver
Mirinzal
Deserto
Rumo

MARANHÃO
9 comunidades

Poço Dantas
Kalunga do Minoso
Lajeado
Laginha
Baião
São Joaquim
Káagados

TOCANTINS
7 comunidades

Mata Cavalo de Cima
Mata Cavalo de Baixo
Aguaçu
Ponte da Estiva
Capim Verde
Mutuca

MATO GROSSO
6 comunidades

Os dados coletados são sobre a socioeconomia das comunidades. Durante as oficinas de análise dos dados, inseridas no Programa Compartilhando Mundos, as informações foram agrupadas em quatro blocos de análise assim definidos: Quem Somos, Nossa Infraestrutura, Nosso Trabalho e Nossos Direitos e Cidadania.

© Raphael Rabelo

• QUEM SOMOS:

O bloco Quem Somos apresenta as características da vida no quilombo e suas especificidades regionais.

Os/as quilombolas mostram como preservam seu senso de comunidade, muito ligado à preservação e consciência histórica, cultural e religiosa, por meio dos dados sobre o que é a família quilombola, as manifestações culturais e religiosas, a composição de gênero e idade e as diferenças geracionais entre as comunidades pesquisadas.

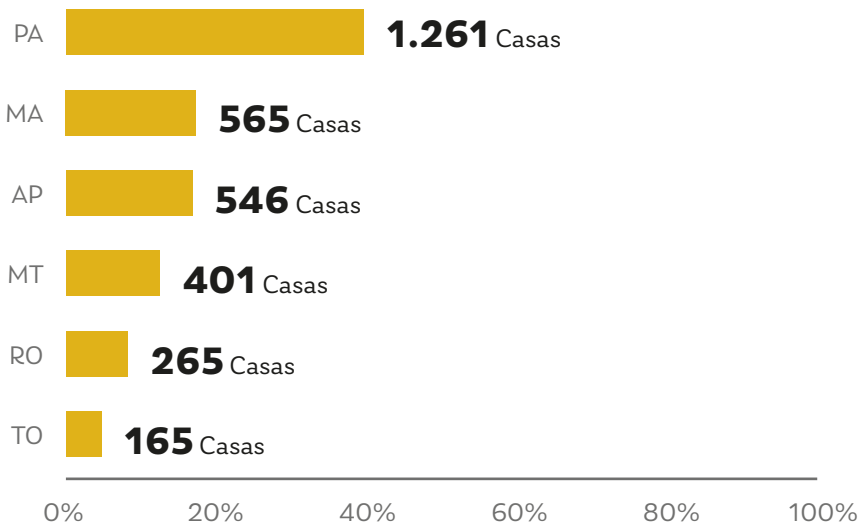
Esta é uma oportunidade de observar a realidade quilombola contada a partir de suas próprias vozes.

Somos mulheres e homens quilombolas vivendo no meio rural e urbano. Estamos em todos os biomas. Esse urbano é o urbano periférico e longe dos serviços públicos de saúde, educação, moradia, portanto, expostos a muitas violências. E o rural? O rural é aquele que ainda guarda rios sem poluição, florestas vivas, palmeiras, castanhais, áreas com grandes extensões de minérios, entre outros recursos naturais não nominados aqui. Em nome e defesa da vida em nossos territórios, temos morrido. Porém, defendê-los faz parte de nossa existência.

© Nathalia Purificação

COMUNIDADE

OS ESTADOS



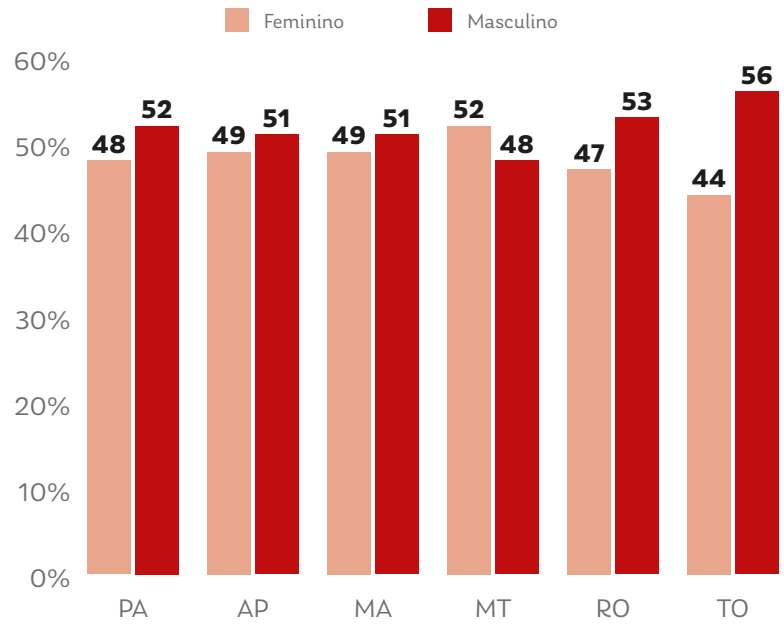
As porcentagens fazem referência a 3.203 residências entrevistadas

PESSOAS

SEXO POR ESTADO

Há equilíbrio entre o número de mulheres e homens dentro das comunidades por estado. Durante as oficinas de análise dos dados, percebeu-se que a maioria das lideranças são mulheres, considerando a liderança da comunidade e das associações, por exemplo.

No Tocantins, a população masculina é significativamente predominante, se consideramos os outros estados analisados. Enquanto isso, no Mato Grosso apresenta o cenário inverso.



* Dentre os 12.483 indivíduos entrevistados, 516 não responderam a pergunta.

PESSOAS

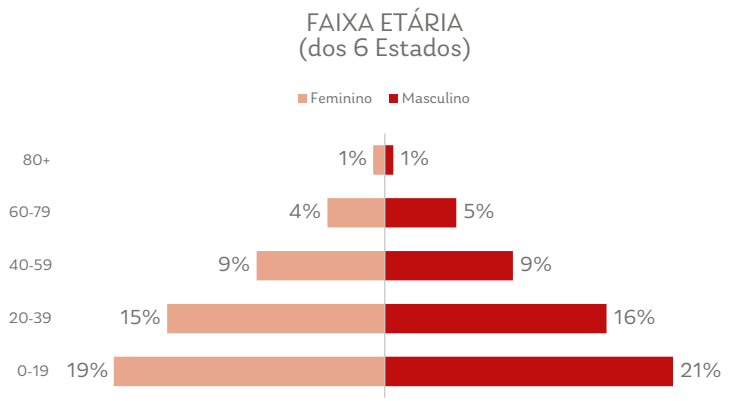
PIRÂMIDE ETÁRIA

Percebe-se, pelo gráfico, que há predominância dos mais jovens nas comunidades. Eles são responsáveis pela busca por novas formas de desenvolvimento do território (como energia elétrica e internet), mas sem deixar de lado seus valores e respeito pelos griôs do quilombo.

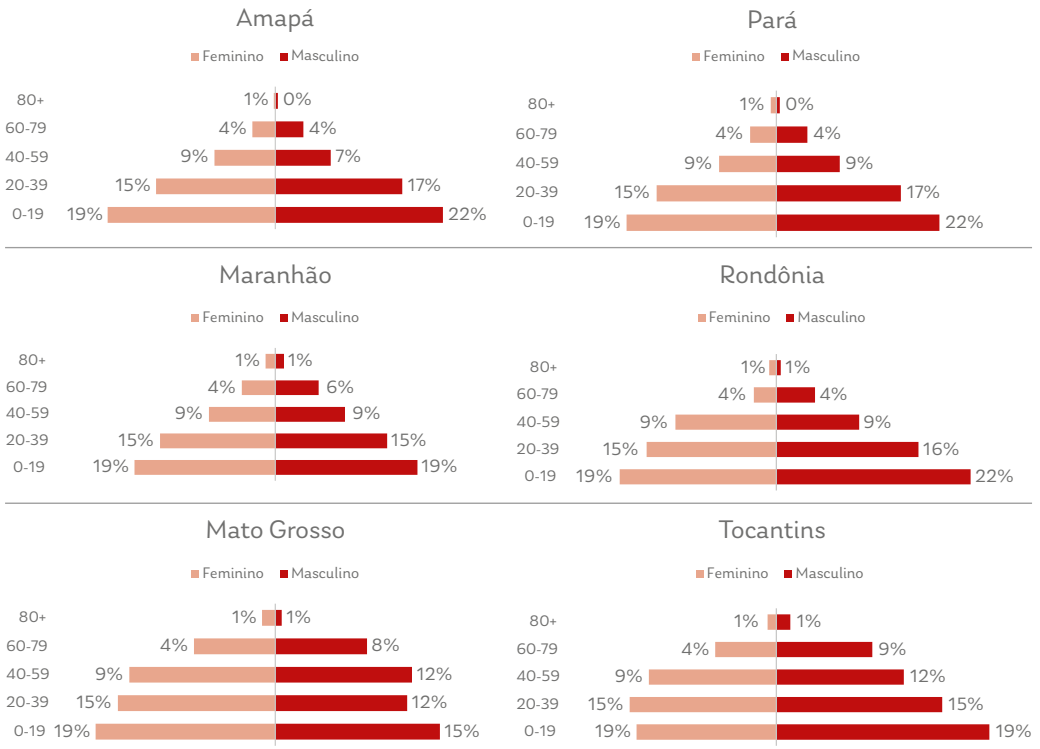
O conceito de Griô vem da África e é uma referência, uma inspiração. Eles são uma biblioteca da tradição oral, onde há o respeito aos integrantes mais idosos das comunidades. Dentro das tradições africanas das regiões de Mali, na África, existe um ditado que diz " Dentro do Universo da tradição oral, você não tem um livro, você tem um livro no corpo de um Griô" (Katia Penha, Quilombo Divino Espírito Santo/ES, CONAQ).

Com a mudança nas condições de acesso às políticas públicas, percebe-se também um aumento na vulnerabilidade no cuidado com a saúde dos idosos.

Além disso, na análise foram perceptíveis os seguintes pontos:



- O Pará tem uma taxa consideravelmente alta de jovens entre 0 e 19 anos e uma taxa baixa de pessoas a partir de 60 anos;
- O Amapá tem poucos idosos de 80 anos ou mais e muitos jovens de 0 a 19 anos;
- Em Tocantins há muitos jovens de 0 a 19 anos e poucas pessoas com mais de 60 anos.
- O Maranhão tem significativamente mais idosos com 80 anos ou mais em sua população que os outros Estados;
- Mato Grosso tem, consideravelmente, muitos jovens e adultos entre 0 e 59 anos. E possui uma baixa população de 60 anos ou mais;
- Rondônia não tem grandes diferenças populacionais quando consideramos os estratos de pirâmide etária.



As porcentagens fazem referência a 12.483 indivíduos entrevistados

A FAMÍLIA QUILOMBOLA

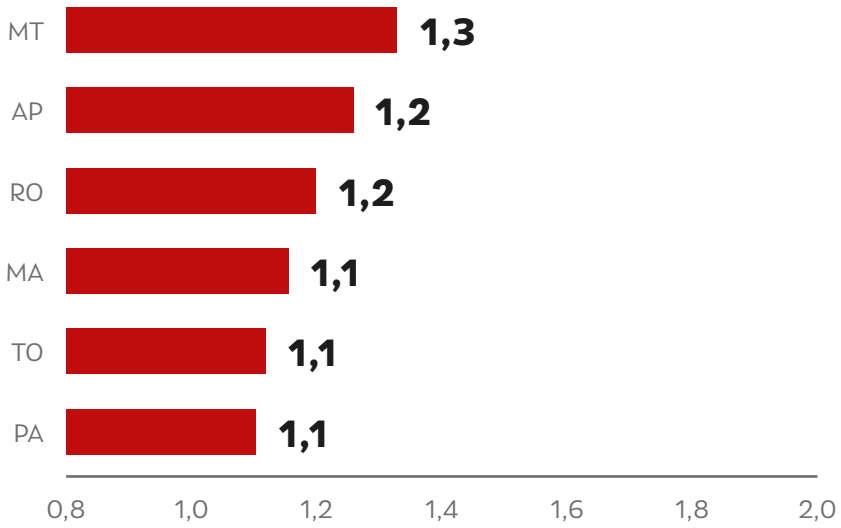
Para as/os quilombolas, o conceito de família vai muito além do casamento. As relações de maternidade e paternidade podem existir, mesmo que estes indivíduos não tenham ligação por meio do matrimônio. Outro aspecto importante é a possibilidade de sair da casa dos pais para construir sua própria casa, já sendo considerada uma nova família.

Para a comunidade de Ƙáagado (Tocantins), por exemplo, família é entendida como todos aqueles que moram no mesmo domicílio. O vínculo sanguíneo, a herança e a ancestralidade fazem parte do reconhecimento da identidade quilombola, sendo a família o ponto central para esse entendimento.

Nos territórios pesquisados é comum a menção de que o tamanho das famílias vem diminuindo. Devido à falta acesso próximo a políticas públicas, como educação, saúde e trabalho, as/os quilombolas migram para a cidade e isso acaba mudando o cenário familiar.

Quanto ao número de famílias por domicílio, a maioria das casas possui no mínimo uma família. Salienta-se que no Mato Grosso houve menção a residências que abrigavam entre 6 a 11 famílias.

Família por casa (média)



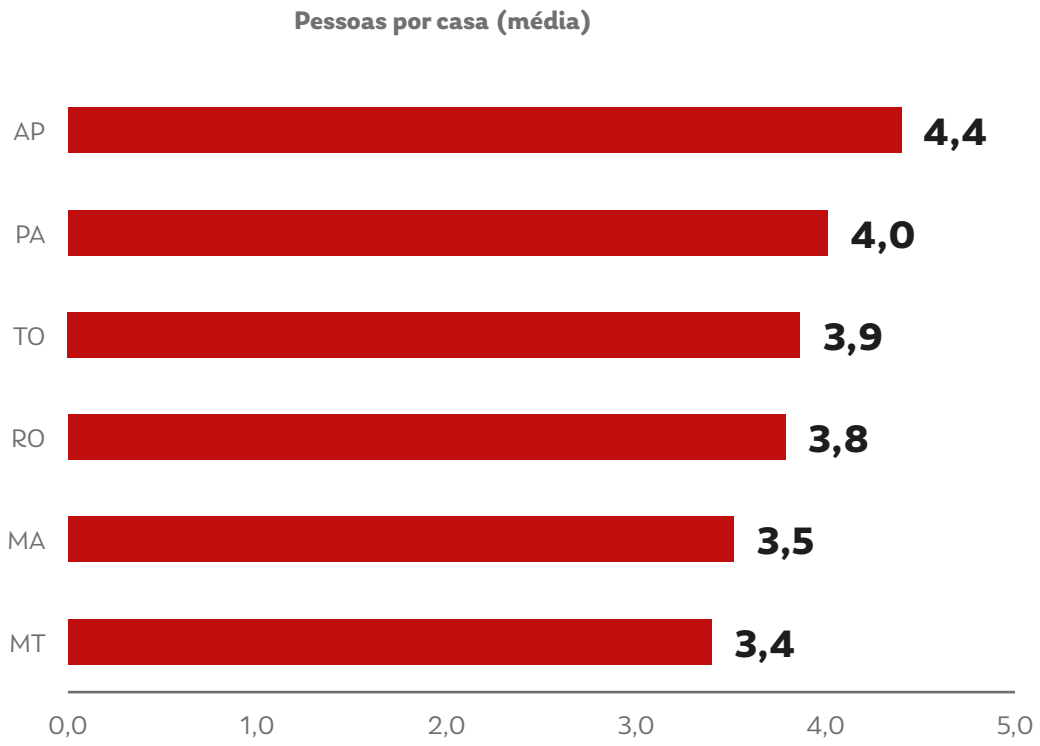
As porcentagens fazem referência a 3.203 residências entrevistadas

PESSOAS

O número de pessoas por casa tem diminuído. Uma das causas é a evasão de pessoas para a cidade.

A concentração de quilombolas por casa tem ligação com as limitações do tamanho do território possível de construção. Esta insuficiência dificulta a expansão das construções de casas. Outro ponto importante é a dificuldade de acesso à comunidade, que também é um dos responsáveis pela evasão de pessoas que precisam de mobilidade em seus cotidianos.

Os/as quilombolas utilizam expansão por todo território (que inclui a casa, roça, rio, etc.) como forma de ocupação e utilização do espaço, sendo uma estratégia das comunidades para evitar a invasão por terceiros.



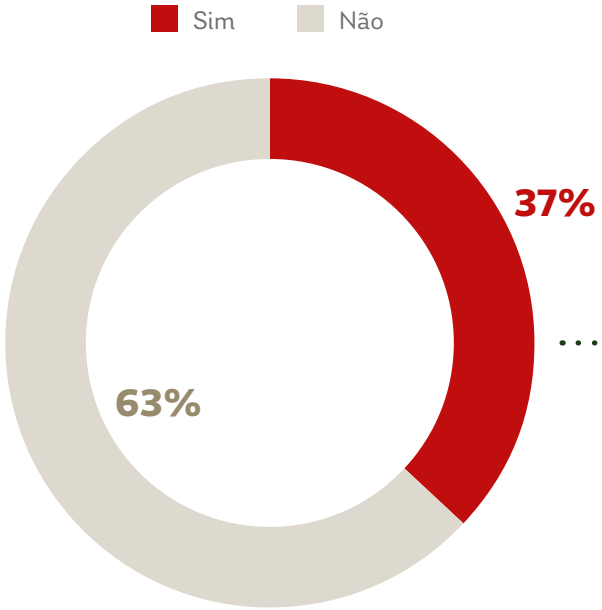
As porcentagens fazem referência a 3.203 residências entrevistadas

© Raphael Rabelo

MUDANÇA PARA A CIDADE

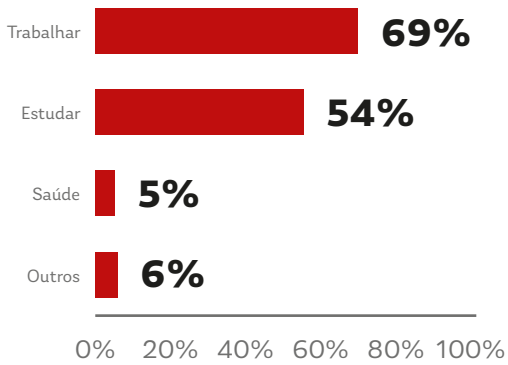
A pesquisa mostrou que parte das famílias das comunidades possui membros morando fora. As razões apontadas para essa saída são trabalho, estudo e saúde. Apesar das mudanças desses membros da comunidade, os dados apontam que esses quilombolas mantêm contato frequente com a família. O acesso à tecnologia, como a internet, foi apontado como um dos facilitadores para esse contato.

Existe algum membro da família morando na cidade?



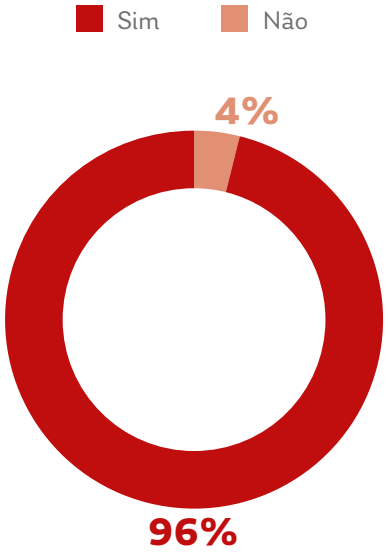
* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 145 não responderam a pergunta.

Motivo da Mudança:



* 1.531 residências responderam a pergunta.

Se "Sim", estes mantêm contato freqente com a família?



* 1.142 residências responderam a pergunta.

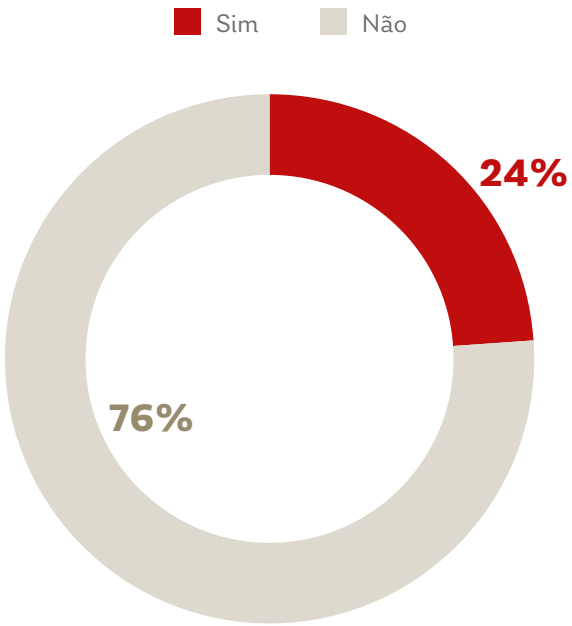
RETORNO PARA A COMUNIDADE

A pesquisa mostra que a maioria dos/das quilombolas não retornam às comunidades. A dificuldade de obter trabalho formal e condições de estudo ainda estão entre as principais motivações que fazem com que estes membros não retornem. A falta de escolas de Ensino Médio dentro das comunidades e a necessidade de um endereço físico para matrícula nas escolas públicas, faz com que alunos e famílias mudem-se para a cidade. Esses impedimentos inviabilizam a continuidade no território quilombola.

Outro comportamento identificado é que quilombolas que saíram em busca de estudo tendem a retornar com mais frequência ao quilombo original do que aqueles que saíram em busca de trabalho. As mudanças ligadas a saúde não costumam durar mais do que o tempo de tratamento.

Mesmo que não estejam morando na comunidade, os/as quilombolas sustentam seu contato e participação nas atividades comunitárias.

Algum membro da família, que morava fora da comunidade, hoje mora na comunidade?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 287 não responderam a pergunta.

PESSOAS

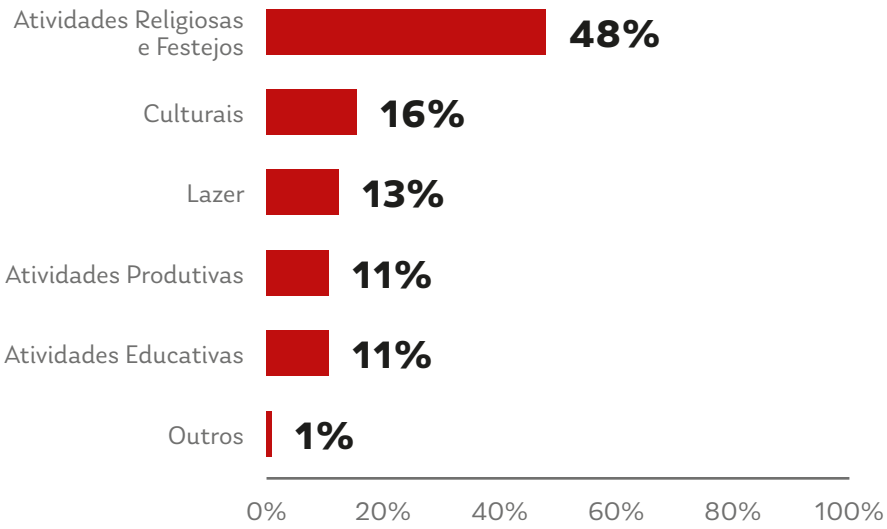
ATIVIDADES COLETIVAS

É costumeiro nas comunidades a participação do grupo no cuidado coletivo, com grande participação nas atividades de festejos. Sobre as atividades religiosas, existe o preconceito relacionado às religiões de matriz africana dentro da comunidade, identificado como intolerâncias trazidas de fora do próprio quilombo.

As atividades produtivas, principalmente de plantio e extrativismo, tiveram uma diminuição nos últimos tempos, mas ainda estão presentes nas práticas coletivas das comunidades. As festas comunitárias, frequentes em todos os estados pesquisados, contam com a produção feita na roça para a alimentação durante os eventos.

© Raphael Rabelo

Algum membro da família participa de atividades coletivas na Comunidade?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 272 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

RELIGIOSIDADE

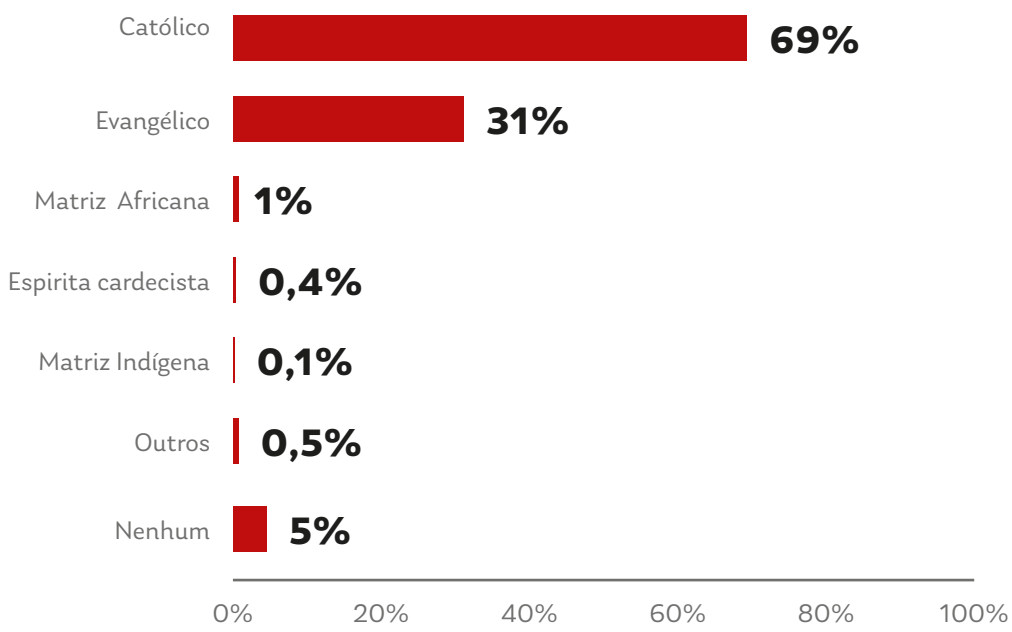
Na pesquisa é observada a maior presença de religiões cristãs. No entanto, foi apontado que, antigamente, religiões de matriz africana eram mais comuns. O sincretismo religioso e o tabu em assumir suas religiosidade podem influenciar no baixo volume de dados.

Foi comentado que a religião de matriz africana vai além de um terreiro: aborda a medicina, a ciência da vida, sendo ressaltado que

"não podemos viver dentro de caixas, e que nossas expressões de fé não precisam ser chamadas de religião ou de terreiro, mas sim existência."

(Maria Rosalina dos Santos - Comunidade Tapuio, no Piauí).

Pratica algum culto religioso?

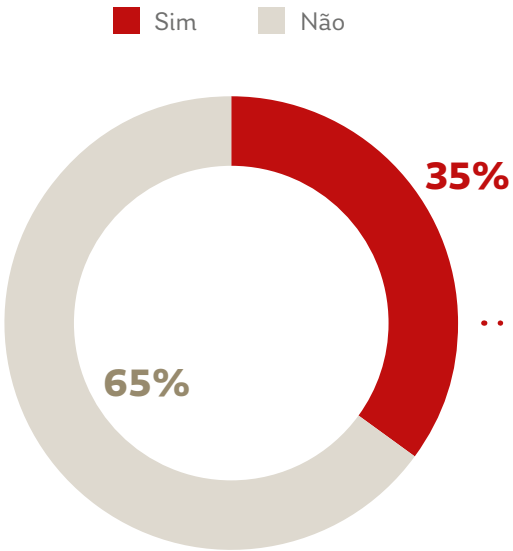


* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 110 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

ATIVIDADES CULTURAIS

A maioria respondeu que não participa nem desenvolve atividades culturais, mas percebeu-se nas oficinas de análise de dados que a pergunta pode não ter sido bem compreendida. Inclusive, participantes citaram alguns festejos muito comuns como Carimbó, Tambor de Crioula, etc. A comunidade é ativa nas atividades, desde os mais jovens aos griôs do quilombo.

Algum membro da família desenvolve uma atividade cultural ou grupo cultural?



Atividades Culturais

* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 746 não responderam a pergunta.

ALGUMAS ATIVIDADES CULTURAIS MENCIONADAS NAS OFICINAS:

MARABAIXO:

O Marabaixo é uma manifestação cultural amazônica, típica do Estado do Amapá, que inclui ritmo musical e também uma dança de roda de origem africana. O nome também se aplica ao tambor utilizado nesse estilo musical, chamado de "caixa de marabaixo". Marcado pela mistura de tradições e religiosidade, o marabaixo tem como elementos: os versos musicais (conhecidos como "ladrão"), gengibirra (bebida feita à base de gengibre e servida nas rodas), caldos, blusas floridas e saias rodadas das 'dançadeiras' que também usam flores na cabeça. O Marabaixo hoje é reconhecido como Patrimônio Imaterial do Brasil.

(Patrícia Costa, Quilombo Alto Pirativa - Amapá)

CARIMBÓ:

Identidades, saberes, fazeres, modo de vida, preservação da natureza, das raízes e transmissão de conhecimentos tradicionais. O carimbó é uma expressão cultural permeada de ritmos, dança, de arte e diversos fazeres. Os sons dos curimbós, das marácas. O acorde envolvente do banjo, às vezes o som da flauta, do clarinete ou do saxofone. Os pares de dançarinos, as mulheres com saias rodadas e floridas e os homens com calças quase sempre curtas. Não se sabe ao certo onde nem quando surgiu, apesar de alguns municípios se intitularem como "berço do carimbó". O que se sabe é que essa identidade representa os sons, as formas, os gostos e o sentido da vida para tantas e tantos amantes do carimbó, hoje Patrimônio Cultural Brasileiro.

(Raimundo Magno Nascimento, Quilombo África - Pará)

QUADRILHA:

A quadrilha presente no sudeste tocantinense, é uma manifestação católica, parte da cultura festiva nos quilombos. Compreendida como o momento de celebrar o dia de Santo Antônio, São João e São Pedro com crenças e referências específicas que cada um traz em sua história. A tradição é de rezar o terço cantado, comer comidas típicas em volta da fogueira e se alegrar dançando forró arrasta pé, entre familiares e amigos.

(Celenita Gualberto, Quilombo Lajeado - Tocantins)

TAMBOR DE CRIOULA:

É uma dança cultural de origem Africana praticada por seus descentes, típica no Estado do Maranhão. Em homenagem a São Benedito, o santo negro mais popular. É uma dança de muita descontração que envolve homens, mulheres e crianças numa só alegria.

(Janiléia Gomes, Quilombo Frechal - Maranhão)

© Nathalia Purificação

• NOSSA INFRAESTRUTURA:

Houve um crescimento do acesso às políticas públicas/ melhorias das comunidades no que se refere à estruturação no quilombo, isso se deu por conta de políticas públicas criadas e implementadas em governos anteriores que possibilitaram esse acesso (como o Programa Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, etc.). A CONAQ, entretanto, ressalta que 75% da população quilombola no Brasil ainda vive em situação de desigualdade social.

© Maryellen Crisóstomo

O bloco Nossa Infraestrutura apresenta a relação das comunidades quilombolas com os itens básicos de infraestrutura, que vão desde a construção de banheiros até o tratamento de água, esgoto e destinação do lixo.

Apesar do avanço em algumas políticas políticas públicas de saneamento e habitação, ainda se destacam a precariedade regional de alguns recursos.

Os/as quilombolas apresentam, por meio dos dados, a realidade cotidiana de construção de casa, coleta de lixo, acesso à energia elétrica, água tratada e esgoto.

© Vanessa Eyng

Para a CONAQ, as políticas públicas voltadas para estas comunidades são precárias e, nas demais regiões do Brasil, não alcançam com eficiência as comunidades quilombolas, fato este que afeta todos quilombos.

FORMAS DE ACESSO

Cada região quilombola, contemplada pela pesquisa, possui suas especificidades relativas às formas de acesso ao quilombo. Na maioria, o acesso é feito por estrada, mas nem sempre estão em bom estado. Em determinados períodos do ano, como no inverno, apenas carros apropriados conseguem transitar, resultando no aumento do custo de deslocamento para a cidade.

Em parte das comunidades o acesso se dá pelo rio. Em algumas, inclusive, esta é a única opção de acesso. Entretanto, em determinados períodos do ano, o acesso também é complexo, como na época de chuvas (o que demanda esperar o fluxo do rio melhorar) e na estiagem (em que são criados bancos de areia com a baixa da água, dificultando o trânsito de barcos na região).

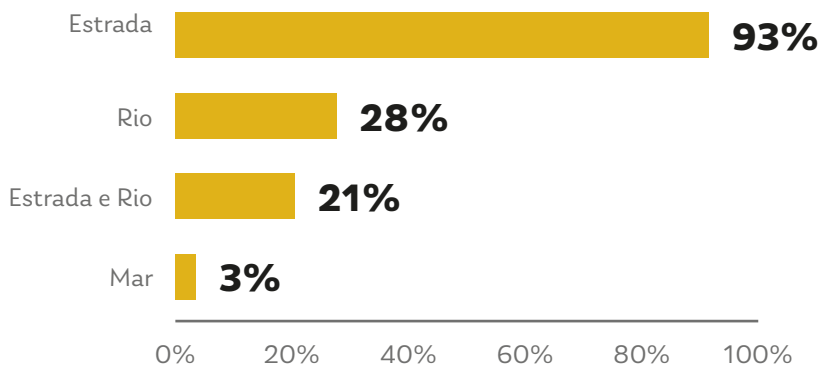
O acesso pela estrada é mais utilizado pelo Pará, aparecendo em 28,4% das respostas, seguido pelo Maranhão, que usa a estrada em 23,2% das vezes. Rondônia é o estado que menos utiliza as estradas como acesso, contabilizando somente 4,9% desse uso.

Estrada e rio de forma conjunta são significativamente mais utilizados por comunidades no Pará, em 64,9% das vezes. Rondônia está em segundo lugar, utilizando esse acesso em 21,8% das vezes. Amapá e Maranhão utilizam em 8,6 e 4,7% das vezes, respectivamente. Tocantins e Mato Grosso não utilizam esse acesso.

O acesso exclusivo por meio do rio é bem utilizado pelos estados do Pará e Amapá e é pouco utilizado por Rondônia. Já as comunidades pesquisadas em Tocantins, Maranhão e Mato Grosso não utilizam o rio como acesso.

Rio e mar é um acesso utilizado unicamente pelo Estado do Pará.

Acesso às Comunidades



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 7 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

© Raphael Rabelo

CASA DA FAMÍLIA

A maioria das casas são feitas de alvenaria, resultado da implementação e do acesso a programas como Cheque Moradia, Minha Casa Minha Vida e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). No entanto, os/as quilombolas reclamam que tais políticas não chegam a todas as comunidades, principalmente as que são acessadas via rio.

Outro aspecto levantado é que a construção com alvenaria resulta em mais retenção de calor. Esse é um dos motivos dos espaços de convivência comunitária serem construídos com outro tipo de material, como madeira ou palha.

Ainda, mesmo na existência de determinados materiais apropriados, sua qualidade é problematizada. No Pará, por exemplo, devido à atividade extrativa realizada por empresas externas aos quilombos, o material é escasso e sua qualidade é precária.

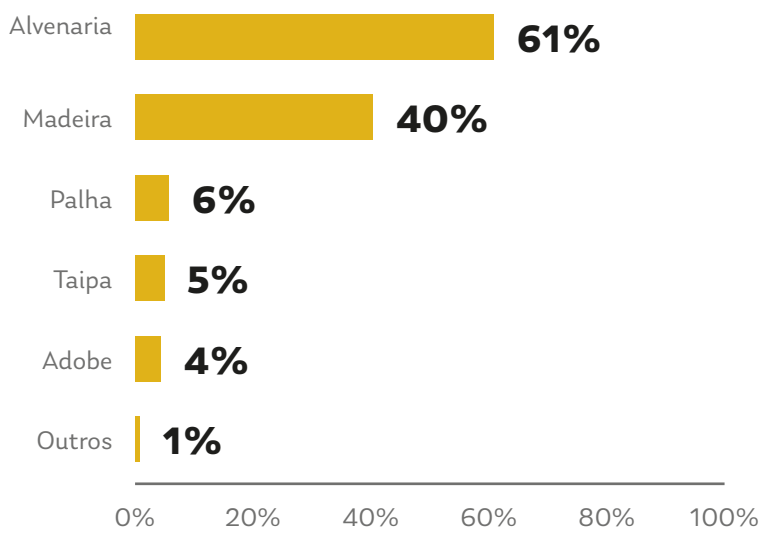
A técnica Adobe é mais usada no Tocantins do que nos outros estados. Além da técnica pura, as combinações adobe/madeira, adobe/madeira/palha, alvenaria/adobe/madeira e alvenaria/adobe/palha são técnicas usadas somente no estado.

A alvenaria é consideravelmente mais utilizada no Pará do que em outros estados. A combinação alvenaria/palha é majoritariamente utilizada no Mato Grosso.

O uso da madeira é predominante no Pará. Amapá e Rondônia, em segundo e terceiro lugar no uso exclusivo do material, aparecem em torno de 19% das respostas. Mato Grosso aparece com somente em 9,7%. Tocantins e Maranhão praticamente não utilizam essa técnica.

Quando observamos a renda dos/das quilombolas, a madeira é mais utilizada por quemrespondeu ter renda de até (70,1%) ou exatamente 1 salário mínimo (22,7%).

Qual é a técnica empregada para a construção da casa da família?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 93 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

CASA DA FAMÍLIA

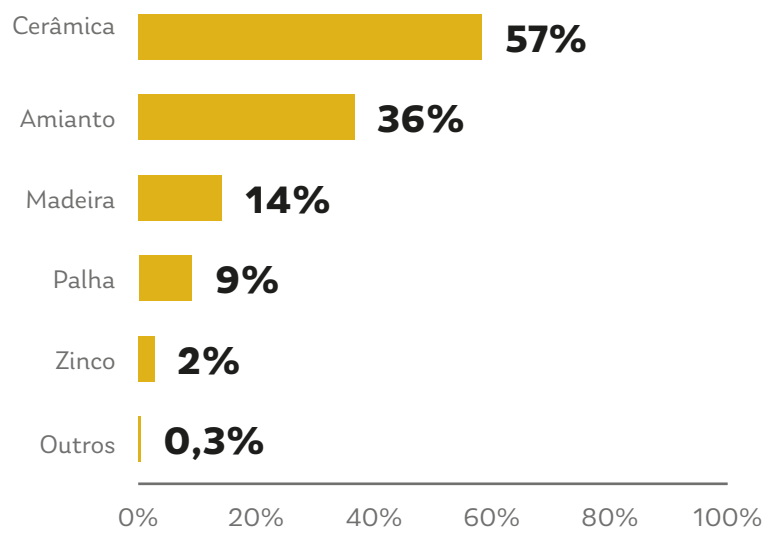
A cerâmica predomina entre os materiais mais utilizados nos telhados das casas, sendo que, em alguns casos, são utilizados mais de um material na composição da cobertura.

Amianto é o segundo material mais utilizado nos telhados. Há predominância desse material em algumas regiões: o Amapá, por exemplo, é a região com maior incidência de casas com telhas de amianto (93% do total de respostas do estado). Já em Rondônia são 89% e no Mato Grosso 51%. Esse é um ponto de atenção muito importante. Mesmo que este material seja o mais acessível financeiramente para as comunidades, possui grau tóxico elevado. Sua extração, industrialização e comercialização já são proibidas no país desde 2017.

Metade dos quilombolas que utilizam madeira nas construções de suas casas utilizam o amianto como material de cobertura. Em menor escala, os que utilizam alvenaria nas construções de suas casas, utilizam o amianto na cobertura.

A cerâmica é mais utilizada pelas famílias que recebem até 1 salário mínimo, com 68,5%. Os que recebem 1 salário mínimo são os segundos que mais utilizam esse material, com 24,8%. As demais famílias, com outras faixas de renda buscam, outros materiais para seus telhados.

Quais os materiais usados na cobertura (telhado) da casa?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 102 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

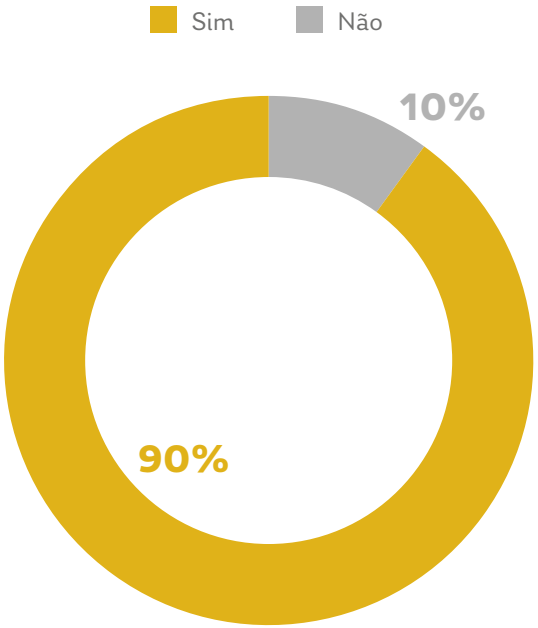
CASA DA FAMÍLIA

O entendimento sobre o banheiro para as residências na pesquisa é que se trata do lugar usado para se tomar banho. Quase todas as casas possuem banheiro, mas a pesquisa tratou "banheiro" de várias formas - interno, externo, etc. As respostas oriundas do Tocantins destacam-se apresentando 72% das casas sem banheiro interno, não havendo saneamento básico na maior parte das comunidades da região.

Como característica geral, demonstra-se o desejo por banheiros internos (usado para o banho) e externo (necessidades fisiológicas).

© Raphael Rabelo

A casa possui banheiro?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 97 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE

O entendimento é de que o esgoto mencionado nas respostas se refere à forma de tratamento da água descartada por vasos sanitários.

Os dados apontam que a maioria das residências destinam o esgoto para fossa séptica. Uma parcela das comunidades quilombolas ainda não tem alternativas ideais para o saneamento.

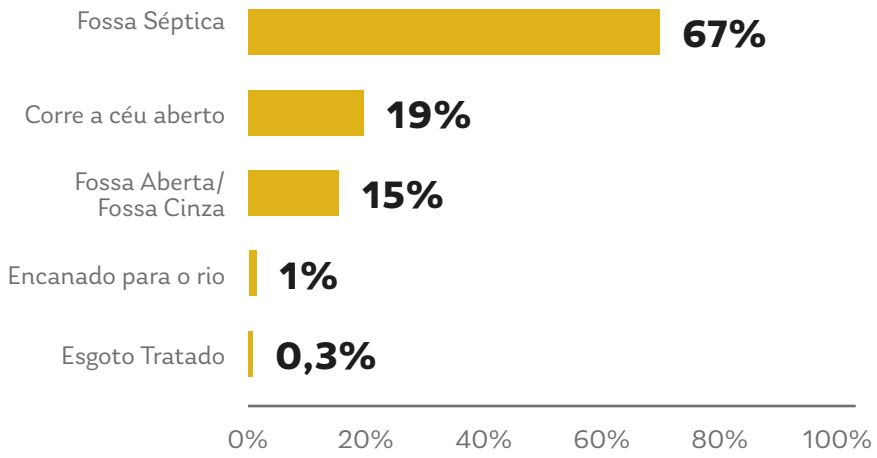
A fossa cinza é um buraco no chão que permite que os dejetos caiam diretamente no solo. Uma hipótese levantada é de que o "cinza" se refira a colocar as cinzas do fogão para fazer o tratamento. A água, depois de tal tratamento, é utilizada basicamente em chuveiros, lavanderia e lavatórios.

Fossa sépticas são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico. São uma alternativa simples e barata utilizada pelos entrevistados.

"Mesmo que os/as quilombolas utilizem outras alternativas para o tratamento do esgoto, se faz necessário a implementação de sistema adequado de saneamento básico para as comunidades."

(Biko Rodrigues, Quilombo Ivaporunduva/SP, CONAQ).

Para onde vai o esgoto da sua casa?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 238 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE

As comunidades quilombolas possuem formas diferentes de conceituar o lixo. Para elas, a matéria orgânica não é lixo e sim adubo, tendo relação com a produção. Lixo é o que vem da cidade, o industrializado.

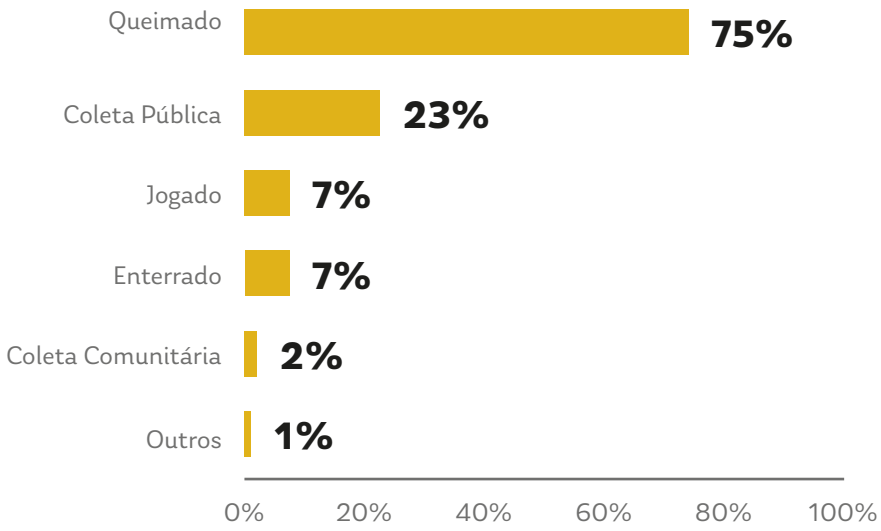
A maior parte do lixo é queimado nas comunidades. Este dado revela a alternativa adotada uma vez que a coleta de lixo, que corresponde a apenas 23% da realidade quilombola, não é amplamente presente.

A coleta pública de lixo, feita pelas prefeituras, depende das forma de acesso às comunidades. As poucas que possuem este tipo de gestão de lixo estão em áreas de acesso facilitado por estradas. As que são de acesso por rio não possuem coleta.

Foi demonstrado ainda o interesse por iniciativas de criar projetos de conscientização sobre a produção de lixo e práticas de não-desperdício, como a reciclagem dos insumos que não são utilizados na produção de adubo.

© Raphael Rabelo

O que é feito com o lixo produzido pela casa?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 92 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE

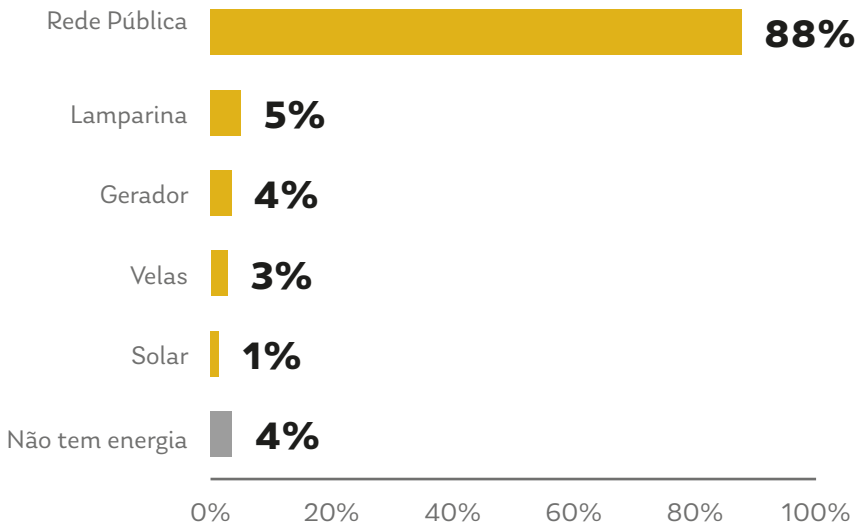
Os dados apontam que grande parte das casas quilombolas é abastecida por rede pública de energia elétrica. A mobilização dos/das quilombolas fez com o que Programa Luz para Todos chegasse até as comunidades, o que ajuda na predominância do tipo de energia disponível.

No entanto, o abastecimento sofre constantes interrupções. A fiação, em muitos casos, é irregular e isso causa prejuízo aos moradores, por conta da queima de eletrodomésticos e da perda de alimentos por falta de refrigeração adequada.

Cerca de 4% dos moradores mencionaram não possuir nenhuma forma de energia elétrica em sua residência.

© Raphael Rabelo

Existe energia na casa?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 95 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

ACESSO À ÁGUA

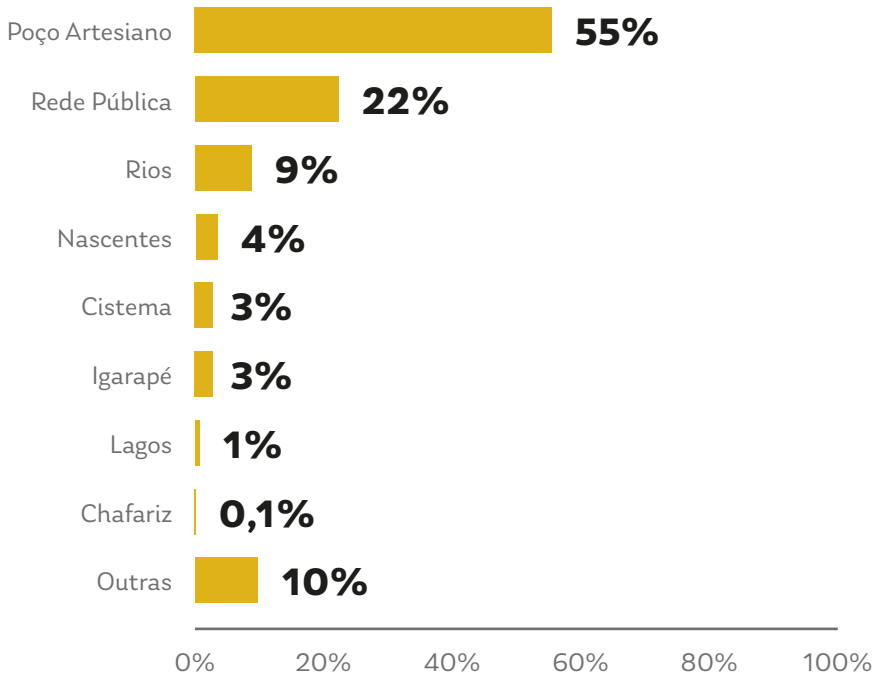
Poços artesianos ainda são o meio mais comum de se obter água nas comunidades quilombolas. Utilizam-se os poços de forma comunitária e as casas que possuem água encanada utilizam bomba d'água por iniciativa própria para fazer a extração.

O consumo de água via rio corresponde a 9% da fonte de água quilombola, o que os tornam importantes para a comunidade. Mesmo quando distantes, os rios são essenciais para atividades cotidianas, como lavagem de roupas, produção de farinha, entre outras utilidades.

Alguns dos principais pontos de atenção levantados pelas comunidades foram a falta de água em escolas e a qualidade da água proveniente dos poços, destacada devido a utilização de agrotóxicos em plantações nos arredores que possivelmente contaminam o solo e os lençóis freáticos.

A utilização de rede pública pode ter aparecido nas respostas porque, na pesquisa, os/as quilombolas podem ter o entendimento de que poços artesianos cavados e instalados fazem parte de uma rede. Esse é um indício real, uma vez que em algumas das comunidades que esse meio se destaca não há indícios de rede pública. Dentro desse grupo há, no entanto, comunidades que estão em perímetros urbanos que acessam a rede pública.

Qual é a origem da água para consumo?



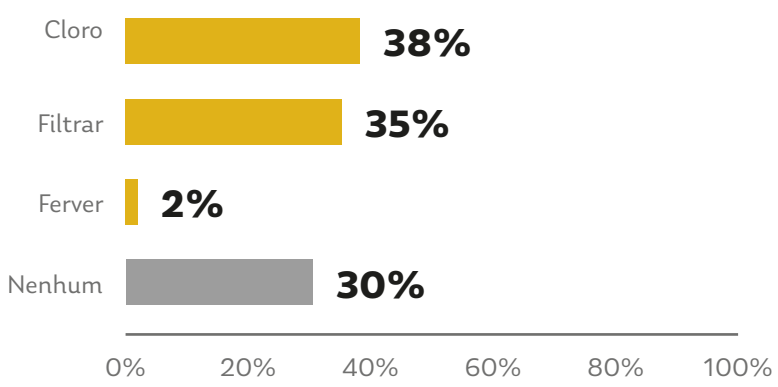
* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 94 não responderam a pergunta.
**Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

ACESSO À ÁGUA

A principal forma de tratamento de água nas comunidades é por meio de cloro, que é fornecido por agentes públicos das respectivas prefeituras. Filtro é o segundo meio mais utilizado.

Ainda é alarmante o alto índice de casas quilombolas sem tratamento de água. Mesmo os poços artesianos, podendo ser de fontes minerais, a água passa por um armazenamento cuja forma compromete sua qualidade. Esse comportamento pode ocasionar enfermidades, como a diarreia, muito recorrente nas comunidades pesquisadas. Até mesmo a lavagem de roupas nos rios, com água sem tratamento e potencialmente contaminada, tem o potencial de aumentar as doenças nas comunidades.

Como se dá o tratamento da água?

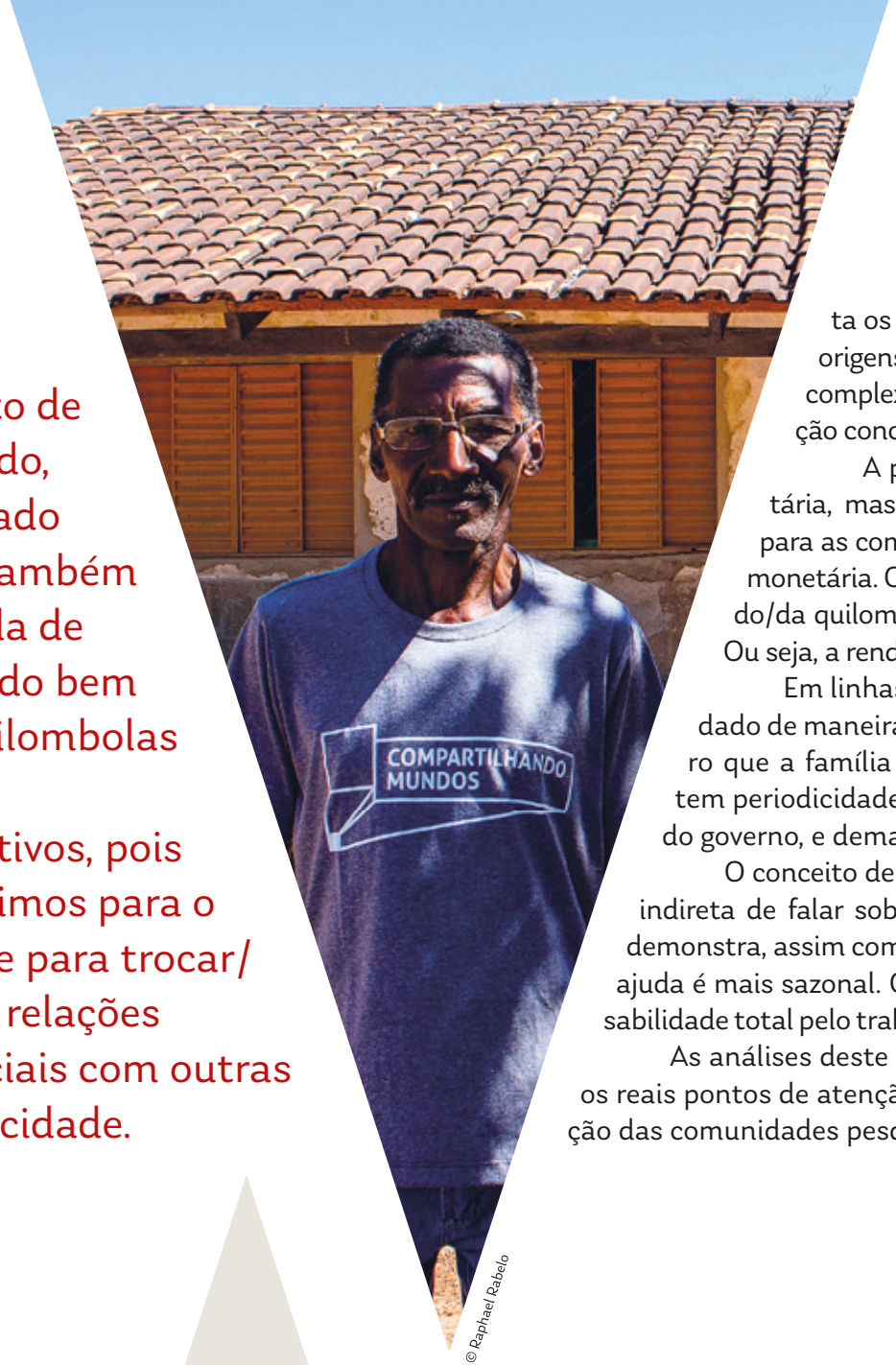


* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 95 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

© Raphael Rabelo

• NOSSO TRABALHO:

Para as comunidades quilombolas, o conceito de trabalho é ressignificado, pois não está relacionado apenas à renda, mas também às necessidades da vida de modo amplo, o chamado bem viver. Os territórios quilombolas sempre foram espaços essencialmente produtivos, pois nos quilombos produzimos para o próprio uso/consumo e para trocar/comercializar em suas relações diplomáticas e comerciais com outras comunidades e com a cidade.



© Raphael Rabelo

O bloco Nosso Trabalho apresenta os dados sobre trabalho, renda e suas origens. Os termos trabalho e renda são complexos e geraram debates para a definição conceitual durante a análise dos dados.

A pesquisa tratou renda como monetária, mas a relação entre renda e trabalho para as comunidades quilombolas vai além da monetária. O trabalho é de onde vem o sustento do/da quilombola, o que garante sua existência. Ou seja, a renda é um complemento do trabalho.

Em linhas gerais, renda é o dinheiro arrecadado de maneira fixa e não significa todo o dinheiro que a família recebe por mês, mas o valor que tem periodicidade definida (como salário, benefício do governo, e demais tarefas remuneradas).

O conceito de ajuda é definido como uma forma indireta de falar sobre trabalho. Enquanto o trabalho demonstra, assim como a renda, alguma periodicidade, a ajuda é mais sazonal. Quem contribui não tem a responsabilidade total pelo trabalho, mas é considerado trabalho.

As análises deste bloco buscam entender quais são os reais pontos de atenção sobre as maneiras de arrecadação das comunidades pesquisadas.

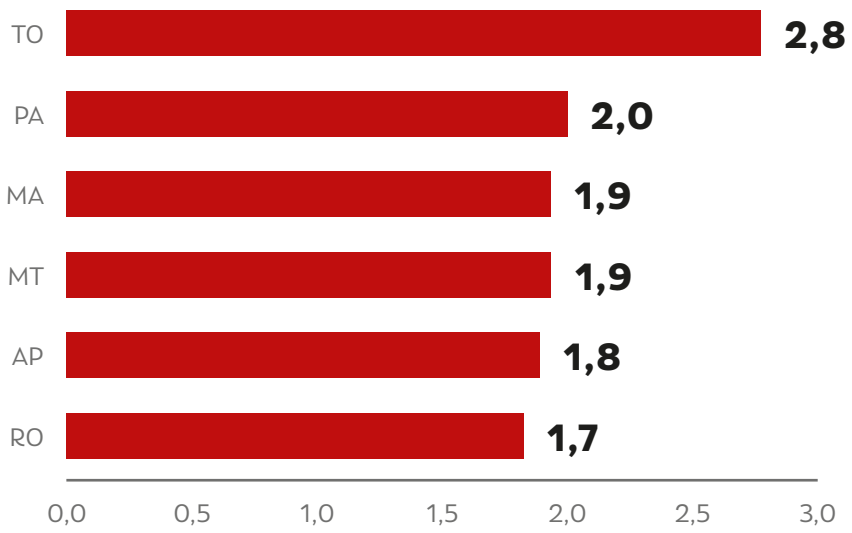
RENDA FAMILIAR

Para compreender a declaração de renda e seus responsáveis dentro das residências quilombolas, é importante retomar os conceitos. Neste contexto, considera-se que renda é o dinheiro arrecadado de maneira fixa. Não significa todo o dinheiro que a família recebe por mês, mas o valor que tem periodicidade definida. Serviços não sazonais e benefícios do governo são exemplos. Também não se restringem apenas a trabalhos formais com carteira assinada, mas quaisquer tarefas remuneradas. Portanto, é importante notar que este conceito não abrange por completo as formas de arrecadação nos quilombos.

Isso não implica a inexistência de trabalho. Dentro das comunidades, trabalho é onde vem o sustento do quilombola, o que garante sua subsistência. Ou seja, neste cenário, a renda é um complemento do trabalho. Então, é razoável, por exemplo, que o quilombola trabalhe com agricultura e complete sua renda com benefícios do governo. Ainda, em algumas regiões a prática de trocas entre famílias e trabalho coletivo são muito comuns, considerados trabalho, mesmo que sem remuneração por moeda. Em algumas regiões, há um entendimento de que produzir o próprio alimento traz autonomia, e as comunidades quilombolas não ficam dependentes do sistema capitalista do meio urbano — garantindo assim a sua soberania alimentar. Também foi comentada a dificuldade de reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho que também contribui para a renda. Jovens de algumas regiões, em período escolar, consideram seu foco exclusivo nos estudos como trabalho.

Segundo os/as quilombolas, o número reduzido de pessoas que contribuem com a renda segundo a pesquisa ocorre porque muitos não consideram na composição de renda atividades como agricultura familiar de subsistência, trabalho comunitário e trocas de insumo, trabalho de casa, artesanato e produção. Renda está atrelada a trabalho com pagamento externo fixo, seja por carteira assinada (trabalho formal) ou não.

Média de pessoas que participam na composição da renda



As porcentagens fazem referência a 3.203 residências entrevistadas

RENDA FAMILIAR

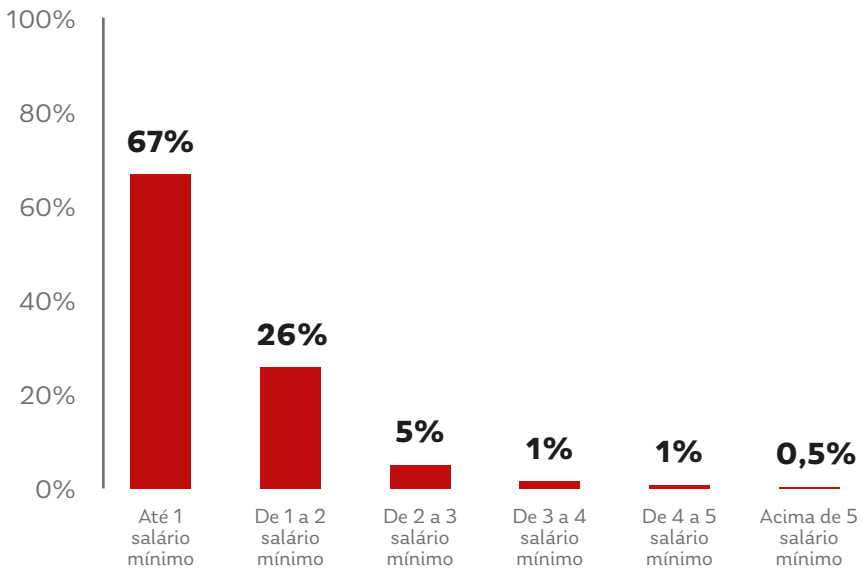
A maior parte dos/das quilombolas entrevistados recebe até um salário mínimo. As famílias quilombolas compõem sua subsistência com outros itens além do dinheiro, como por exemplo, com o resultado da produção. A pesquisa tratou renda como sendo monetária. Portanto, vale relembrar que o trabalho para o quilombola vai além do valor monetário, o que não foi objeto do estudo neste momento.

Uma das características de consumo das comunidades quilombolas é que, quando necessitam comprar algo que demande mais dinheiro, eles intensificam a produção - e isso pode englobar tanto o grupo familiar quanto o comunitário.

O dinheiro é importante para a comunidade na compra de itens que têm periodicidade de uso, como arroz, roupas e remédios.

O Mato Grosso é o estado que possui mais famílias com renda acima de 5 salários mínimos. No Pará e no Maranhão, não há nenhuma família dentro dessa faixa mais alta de renda. O Pará é o estado que tem mais famílias com renda até 1 salário mínimo e com 1 salário mínimo.

Qual o valor total da renda da família?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 143 não responderam a pergunta.

© Ana Carolina Fernandes

RENDA FAMILIAR

A principal fonte de renda das comunidades é a agricultura. Dentro das comunidades quilombolas, ela tem sua produção destinada tanto para o consumo próprio como para a comercialização. Ao observar o valor total da renda, a maioria das residências que recebem até 1 salário mínimo (94%) trabalha com agricultura.

Um comportamento característico das comunidades quilombolas é a sazonalidade da renda, já que não é constante e pode mudar conforme a época do ano, a estação de plantio e a de colheita, etc.

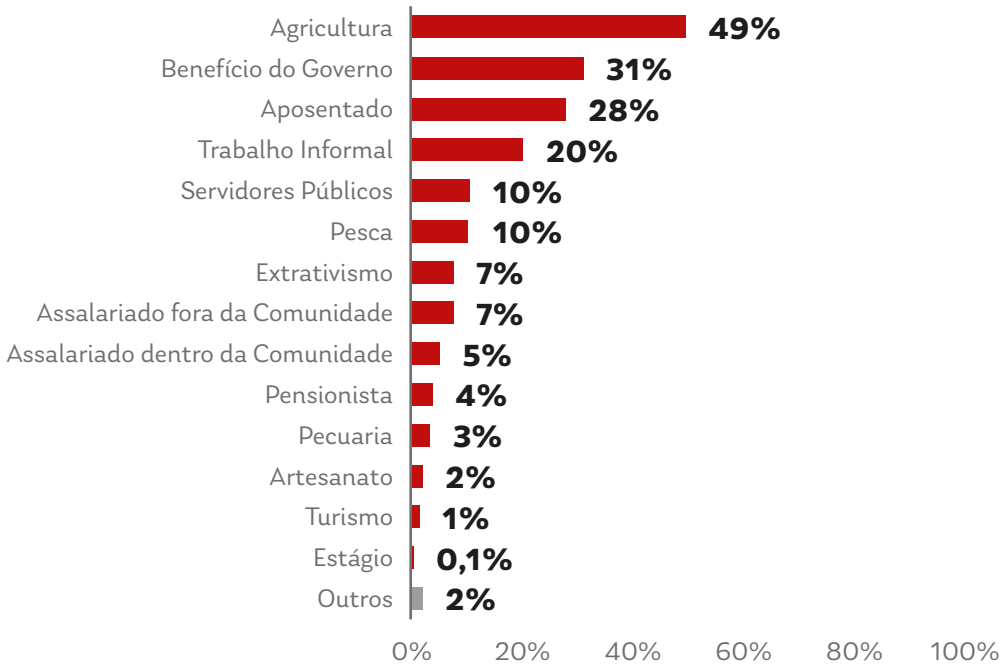
Os/as quilombolas vivem da terra, inclusive para renda. Segundo os entrevistados, a renda por produção agrícola diminuiu por conta da redução do espaço territorial nas últimas décadas.

Os benefícios do governo aparecem como segunda maior fonte de renda, sendo complemento da renda familiar.

"O investimento por parte do Estado é baixo, e essa é uma das dificuldades. Há toda uma burocracia para se ter acesso e isso afeta a agricultura."

(Jhonny Martins, Quilombo Salinas/PI, CONAQ).

Origem da Renda



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 103 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

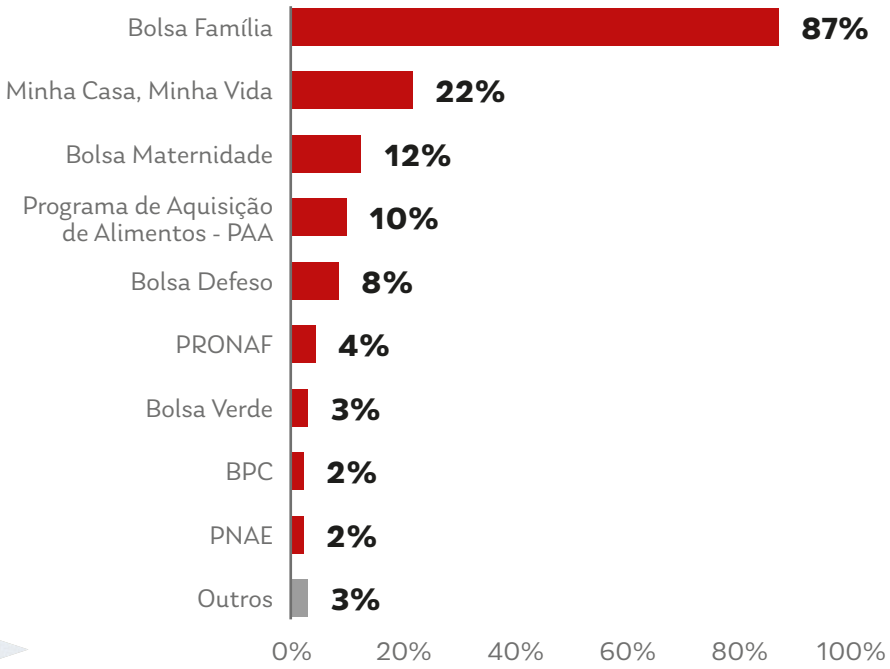
BENEFÍCIOS

O Bolsa Família é o principal benefício acessado pelas famílias. Foi reportado que, atualmente, é cada vez mais difícil para as comunidades ingressarem no programa. Além disso, aumentam os casos de suspensão errônea por parte dos órgãos governamentais.

O programa Minha Casa, Minha Vida é o segundo mais utilizado de modo geral pelas comunidades quilombolas entrevistadas. Isso pode explicar a proporção de casas que utilizam a técnica de alvenaria em sua construção.

© Vanessa Eyng

A família já foi beneficiada por:



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 847 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

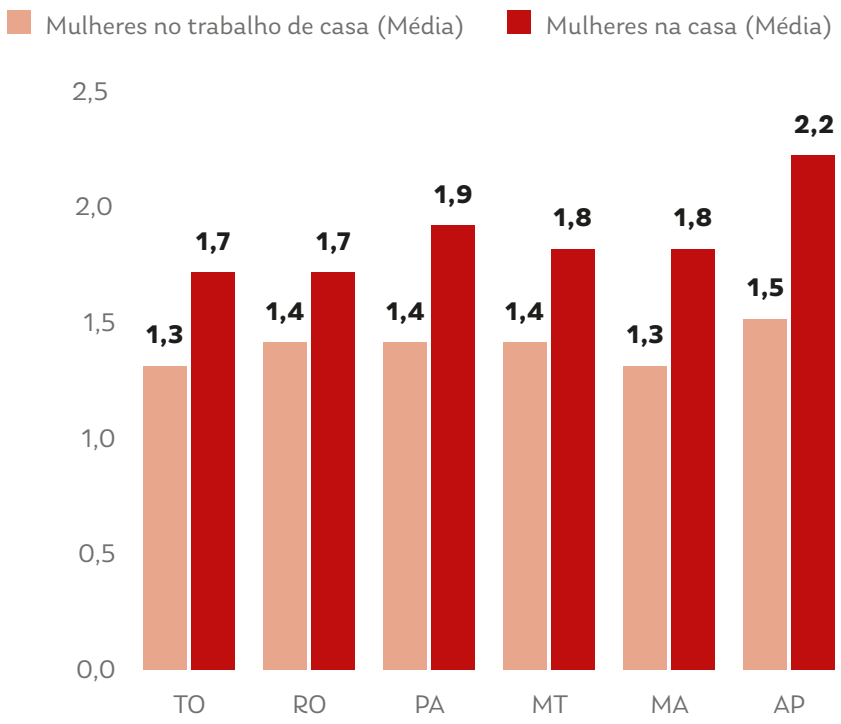
PESSOAS

TRABALHO DE CASA

A média de mulheres que contribui no trabalho de casa é similar ao número de mulheres na casa, apontando que quase todas as mulheres têm suas responsabilidades no trabalho de casa, No entanto, foi reportado que elas ainda são pouco reconhecidas por essas atividades desempenhadas.

A agricultura familiar, principal fonte de trabalho, indica que, se os territórios estivessem regularizados e com mais investimentos, teríamos outro cenário de renda familiar e segurança alimentar. Identificar cadeias produtivas que possam ser trabalhadas em bases sustentáveis e elaborar estratégias de mercado, de modo a valorizar os produtos, tem sido uma ação estratégica de algumas comunidades e que precisam ser ampliadas para outras.

Média de mulheres que contribuem no trabalho de casa X Média de mulheres na casa

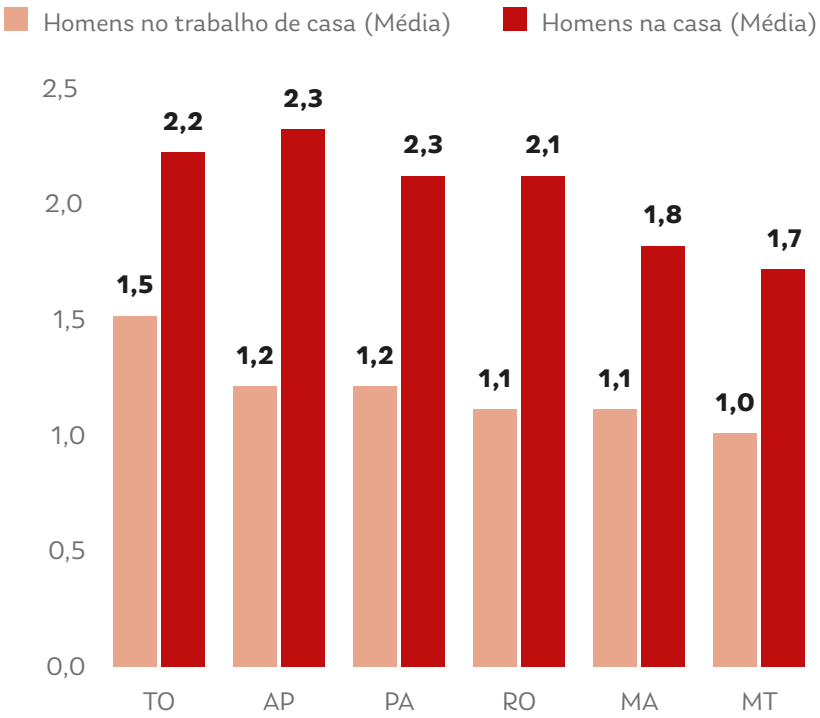


As porcentagens fazem referência a 3.203 residências entrevistadas

TRABALHO DE CASA

Dentro das comunidades quilombolas, os homens são responsáveis pelo manejo da roça, reparos na casa e caça. Entre os mais jovens, as ações também contemplam atividades como lavar louça e cozinhar.

Média de homens que contribuem no trabalho de casa X Média de homens na casa



As porcentagens fazem referência a 3.203 residências entrevistadas

• NOSSOS DIREITOS E CIDADANIA:

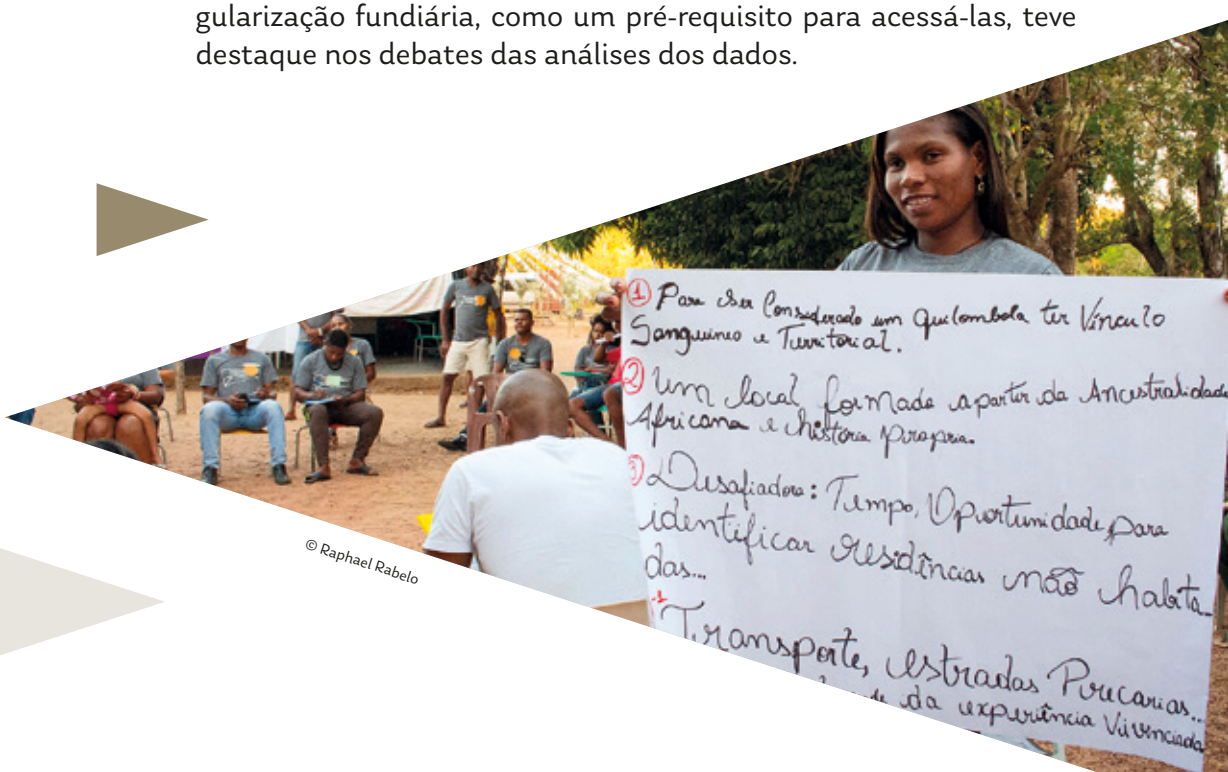
As comunidades quilombolas só vieram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos no ordenamento jurídico nacional com o advento da Constituição Federal de 1988, que, em seu Artigo 68 (ADCT), previu o direito à propriedade coletiva de seus territórios. A questão territorial é essencial para o acesso a direitos sociais, como saúde, educação e segurança alimentar.

Os dados mostram que muitas dessas políticas não são acessadas pela não efetivação do direito territorial e por processos repletos de burocracia.

O bloco nossos Direitos e Cidadania retrata a realidade das comunidades sobre o acesso a benefícios e direitos básicos, como educação, saúde, mobilidade, segurança pública e obtenção de crédito e benefícios governamentais.

As realidades educacionais são bem específicas de cada região. Em linhas gerais, considerando benefícios, a maior parte das pessoas já recebeu o Bolsa Família e as políticas de acesso a crédito não têm sido efetivas de maneira transversal.

A burocracia de acesso às políticas públicas e o desafio da regularização fundiária, como um pré-requisito para acessá-las, teve destaque nos debates das análises dos dados.



© Raphael Rabelo

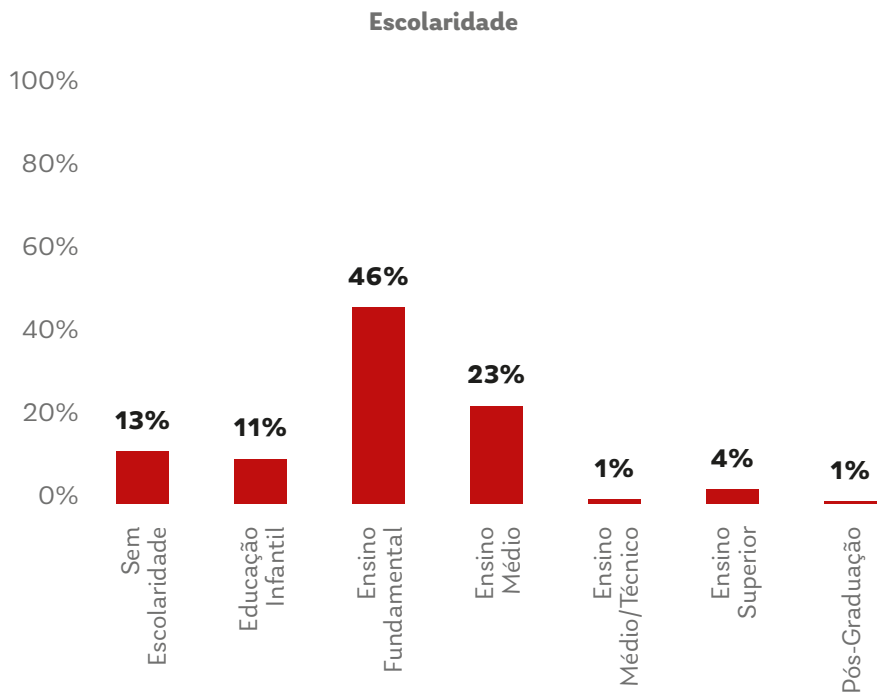
ESCOLARIDADE

A maior parte dos/das quilombolas cursou até o ensino fundamental. O Bolsa Família foi um mecanismo importante para garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola. As crianças devem entrar nas escolas com 4 anos. Em muitas comunidades, elas entram apenas com 6 ou 7, ou porque o acesso à escola é difícil ou pela inexistência de escolas dentro do quilombo.

A porcentagem de nível superior representa apenas 4% dos respondentes e o acesso à educação é uma das principais preocupações das comunidades. Entretanto, por questões de distância, há uma dificuldade para os estudantes percorrerem longos e exaustivos caminhos, o que leva à desistência dos estudos.

A maioria das pessoas sem escolaridade é do Pará. São poucos os que concluíram uma pós-graduação, mas dos que o fizeram, a maioria é do Mato Grosso. Tocantins teve índice alto de nível superior.

Nesse sentido, as comunidades têm se articulado com instituições de ensino para que se criem polos em território quilombola, como forma de impulsionar e incentivar o acesso à educação superior na região, como é o caso de comunidades do Amapá.



* Dentre os 12.483 indivíduos entrevistados, 642 não responderam a pergunta.
** Pós-Graduação reúne categorias de: "Pós-graduação", "Mestrado" e "Doutorado".

ESCOLARIDADE

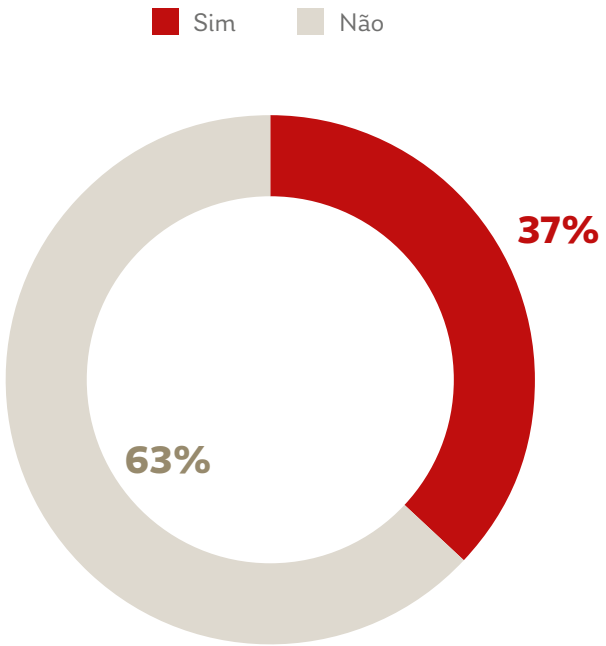
Entre os respondentes, a maioria menciona não estar estudando. Essa proporção pode ter relação com a distância das escolas de Ensino Médio, que nem sempre existem na comunidade ou próximo a ela.

Já os que deram continuidade aos estudos enfrentam diversos problemas por conta dos custos com transporte ou permanência nas escolas e universidades. Além disso,

"a educação nem sempre tem se conectado com a causa quilombola, mesmo existindo as Diretrizes Nacionais Curriculares para a educação escolar quilombola criadas pelo Resolução do CNE nº 08 de 20 de novembro de 2012. Esses fatos comprometem não só a frequência dos alunos mas também a qualidade da educação e aprendizagem dos/das quilombolas."

(Givânia Silva, Quilombo Conceição das Crioulas/PE, CONAQ).

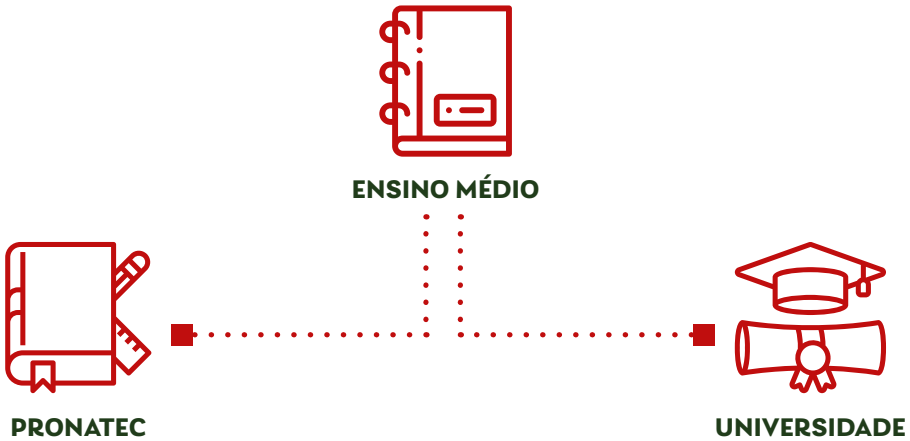
Quantos ainda estudam?



* Dentre os 12.483 indivíduos entrevistados, 775 não responderam a pergunta.

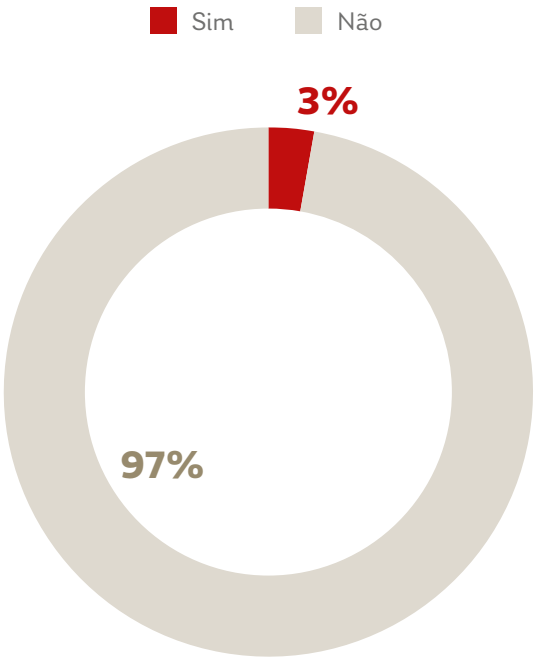
EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Pronatec é uma política pública que as comunidades quilombolas têm dificuldade de acessar devido ao fato de que ele é voltado para jovens do ensino médio, principalmente no contexto urbano em cidades de médio a grande porte, contrastando com o fato da maioria das comunidades quilombolas não possuírem o ensino médio em seus territórios. Isto pode ser observado nos 3% de adesão à política demonstrados no gráfico.



O programa é uma das opções para o quilombola ter uma continuidade educacional após a conclusão do Ensino Médio.

Algum membro da família é atendido pelo Prorama Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 177 não responderam a pergunta.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

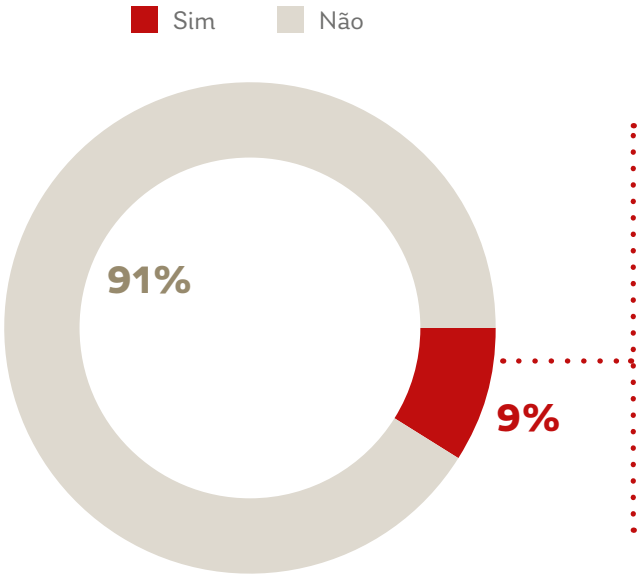
Quando os alunos quilombolas entram na Universidade, a principal dificuldade que enfrentam é logística, devido a grande distância que precisam percorrer. Porém, 9% dos/das entrevistados mencionam estar em Universidades Federais, o que já indica uma mudança.

Sobre a Bolsa Permanência, 40% responderam que recebem o benefício.

Entre as regiões com maior percentual de universitários que recebem algum auxílio, o Tocantins tem 63% dos alunos beneficiados. Mesmo assim, eles relatam que há uma morosidade no processo, e que alunos de instituições estaduais não conseguem auxílio por falta de recurso e política específica das instituições nos estados.

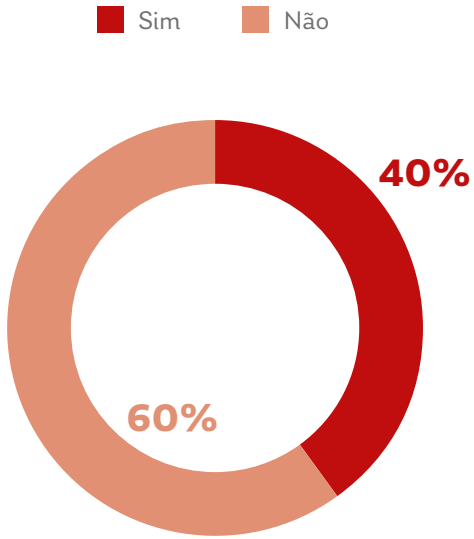
Já no Pará, 51% recebe e quilombolas enfatizam as dificuldades institucionais para acessar o auxílio.

Existe pessoas cursando Graduação em Instituições Públicas Federais?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 150 não responderam a pergunta.

Algum membro da família (que eteja cursando Graduação em Instituições Públicas Federais) recebe a Bolsa Permanência para auxiliar nas despesas?



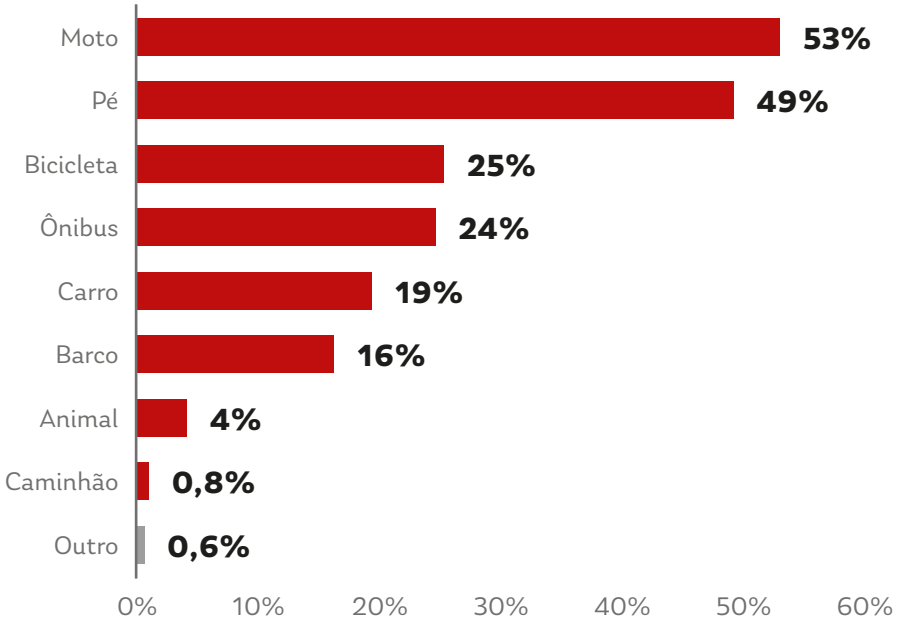
* 265 residências responderam a pergunta.

MEIOS DE TRANSPORTE

A maioria dos participantes afirma que utiliza moto como o principal meio de transporte. Os/as quilombolas enfrentam dificuldades de mobilidade. Isso porque o acesso ao transporte público é precário e fica evidente a necessidade da implementação de políticas públicas de transporte rural-urbano, além da necessidade de manutenção das estradas que existem.

© Raphael Rabelo

Quais os meios de transporte usados pelas pessoas que moram na casa?



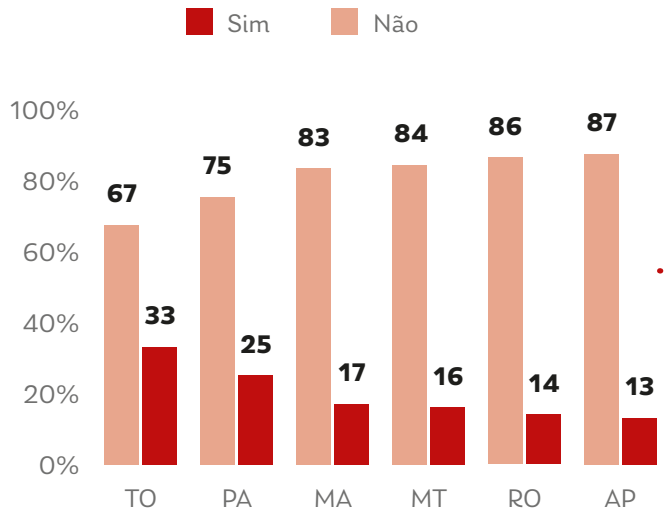
* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 95 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

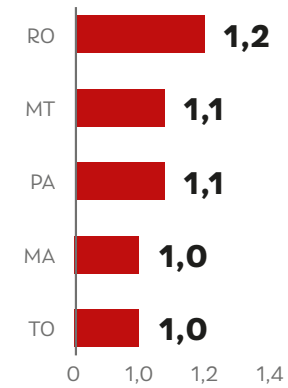
As análises apontaram dificuldade em obter atendimento especializado quando necessário. A deficiência motora foi apontada como a mais frequente entre os/as quilombolas.

Foi indicado em algumas comunidades que os entrevistados ligam a incidência de pessoas com deficiências ao casamento entre pessoas da mesma família.

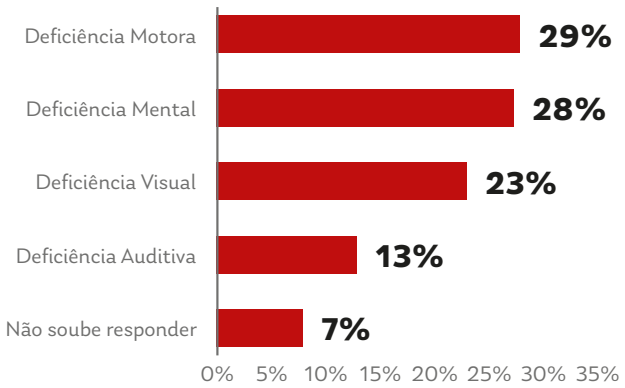
Possui na casa alguma pessoa com deficiência?



Média do n° de pessoas com deficiência por casa



Qual a deficiência?



*Os números apresentados se referem ao n° de casas entrevistadas.
**Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 126 não responderam a pergunta.

* 491 residências responderam a pergunta

SAÚDE NA COMUNIDADE

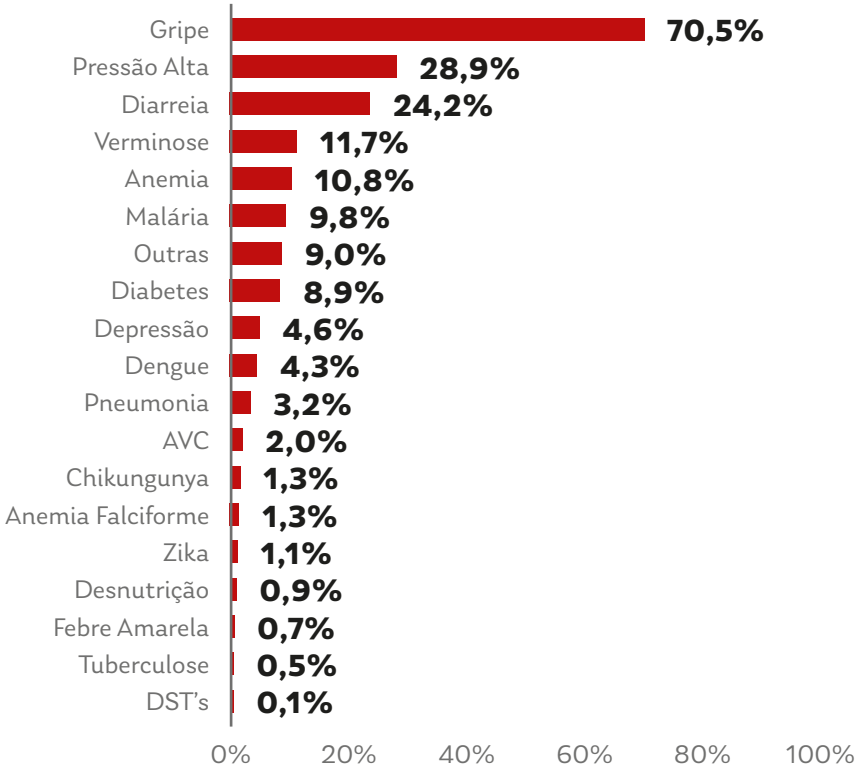
Entre as doenças mais recorrentes nas famílias quilombolas está a gripe, seguida de pressão alta e diarréia. O tratamento da gripe e da diarréia se dá por meio de ervas medicinais. Sua manipulação é feito pelos quilombolas que têm o conhecimento específico e são responsáveis por esses tratamentos na comunidade. A pressão alta e outros casos mais graves, como malária, são tratados com um acompanhamento médico.

Segundo observação dos próprios quilombolas, houve o crescimento de casos de depressão, diabetes e câncer, principalmente entre mulheres. Informam que há uma preocupação com a saúde da população negra na região, porém descrevem a falta de atendimento humanizado para comunidades tradicionais.

"A incidência de diferentes doenças entre os/as quilombolas pode estar relacionada à falta de saneamento básico na região, sendo necessária a efetivação de políticas públicas sobre a pauta."

(Sandra Braga, Quilombo Mesquita/GO, CONAQ).

Quais são as principais doenças na família?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 400 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

PESSOAS

CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único é um registro criado para o Governo Federal saber melhor quem são e como vivem as famílias brasileiras de baixa renda. Ao se inscrever ou atualizar os dados no Cadastro Único, uma família ou pessoa pode participar de diferentes programas sociais, como o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros.

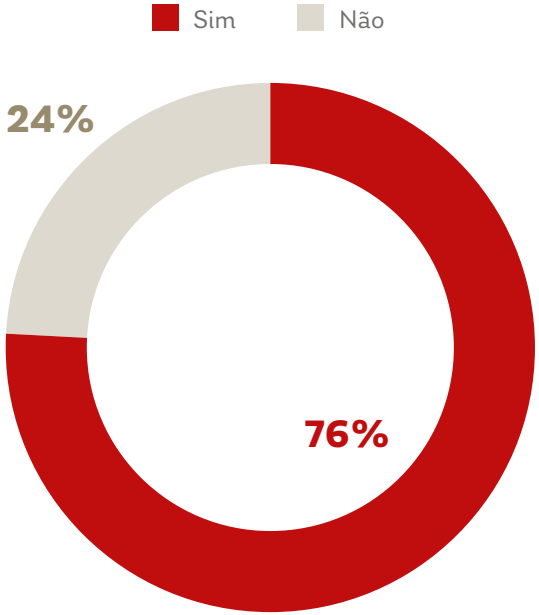
A maioria dos/das quilombolas que responderam a pesquisa, mencionaram estar inscritos no Cadastro Único do Governo Federal.

Em algumas comunidades pesquisadas foi apontado no processo de validação dos dados que esse volume pode ser muito maior, visto que um percentual maior de famílias declararam ter acesso ao Bolsa Família, para o qual é condição primeira estar registrado no Cadastro Único.

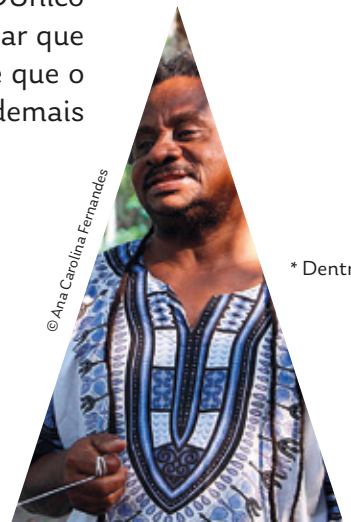
Essa observação é confirmada pelos 87% de entrevistados que declararam receber o Bolsa Família. Essa situação pode ser derivada de vários fatores, dentre os quais o desconhecimento dos entrevistados do que seja o CADÚnico e mesmo a inabilidade do agente público de informar que Cadastro e Bolsa são políticas públicas diferentes, e que o Cadastro é a principal ferramenta para acessar as demais políticas de Estado.

87% dos/das quilombolas mencionaram o recebimento do Bolsa Família em algum momento. Isso pode demonstrar a dificuldade de obter informações sobre as maneiras de acessar políticas públicas.

A família está inscrita no Cadastro Único do Governo Federal?

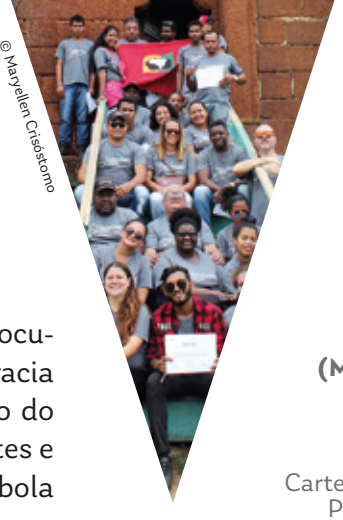


* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 108 não responderam a pergunta.


© Ana Carolina Fernandes

PESSOAS

DOCUMENTAÇÃO



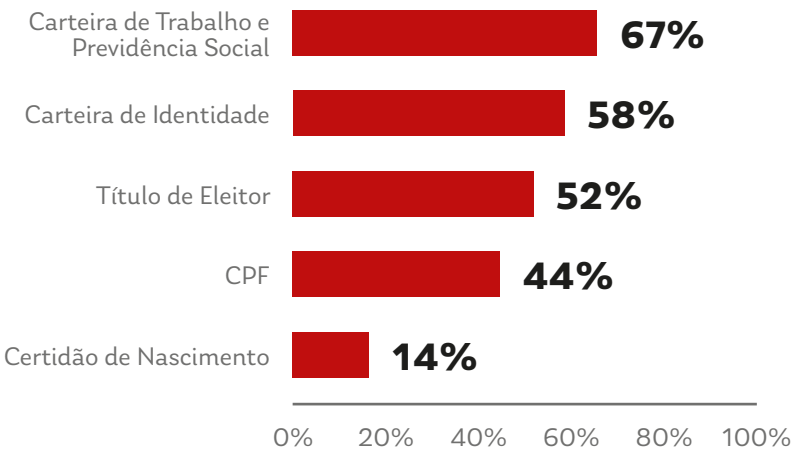
© Maryellen Crisóstomo

A carteira de trabalho está entre os principais documentos que os/as quilombolas não possuem. A burocracia é uma das dificuldades que encontram para a emissão do documento, onde os postos de atendimentos são distantes e nem sempre entregam no momento, obrigando o quilombola a retornar para buscar posteriormente.

O baixo volume também pode estar atrelado a idade mínima necessária para a obtenção do documento. Ainda, o trabalho informal é predominante para os/as quilombolas, o que reforça o número de pessoas sem essa documentação.

Os/as quilombolas relataram a burocracia nas instituições. Foi indicado que este empecilho é diminuído por meio de mutirões de cadastro nas comunidades, que são apontados como mais efetivos do que o deslocamento até a instituição para emissão dos documentos.

Com relação a Documentação Básica e Registro Civil (Mobilização Nacional 22 - Multirão), existem pessoas da família que ainda não possua (1ª via)?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 1.882 não responderam a pergunta.
** Questão de múltipla escolha. Os respondentes poderiam indicar mais de uma opção portanto a soma das porcentagens presentes no gráfico não é 100%.

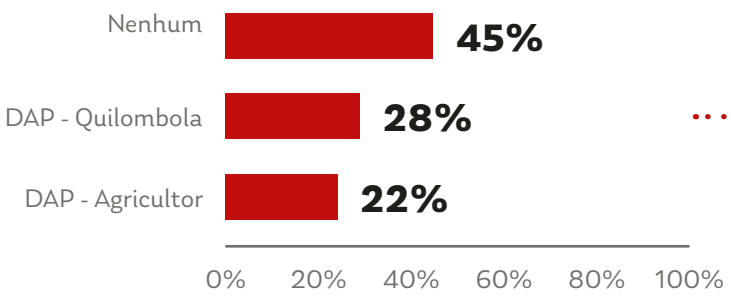
CRÉDITO

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda.

A burocracia foi indicada pelos quilombolas como algo que impacta no acesso à declaração e obtenção de crédito, resultando nos 45% que mencionaram não possuir DAP. Foi relatado que a demora na regularização dos territórios reflete no alcance ao DAP Quilombola.

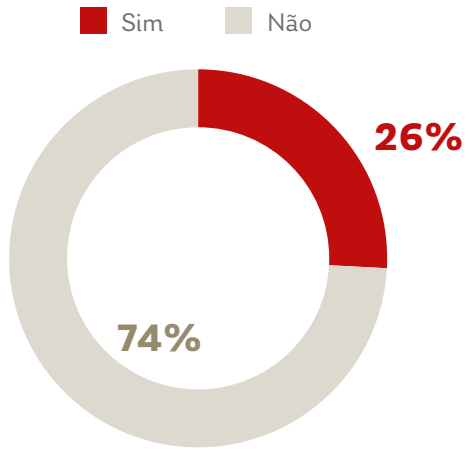
A falta da declaração dificulta o acesso a crédito em instituições financeiras, além de impactar na venda direta e titularização da terra.

A família possui DAP?



* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 1.619 não responderam a pergunta.

Se sim, acessou linha de crédito?



* 33 residências responderam a pergunta.

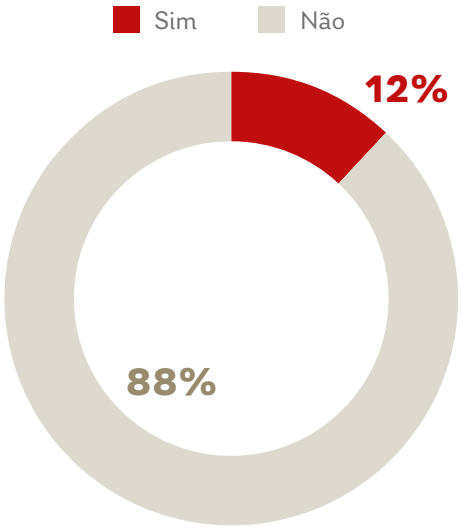
PESSOAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Um total de 88% dos entrevistados mencionou não ter recebido a Assistência Técnica e Extensão Rural.

A falta de informação sobre o que é a ATER e como consegui-la, além do vínculo com outros órgãos, são dificuldades apontadas pelos quilombolas para a inclusão. Desta forma, foi indicado que esse programa tem se enfraquecido entre eles ao longo do tempo.

A família já recebeu assistência técnica continuada, chamada Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER?



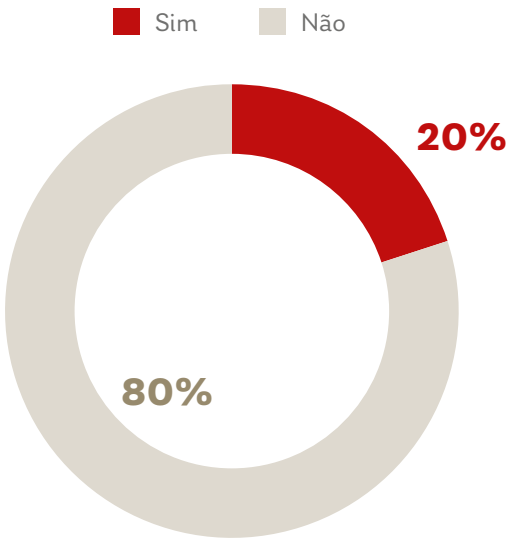
© Raphael Rabelo

* Dentre as 3.203 residências entrevistadas, 176 não responderam a pergunta.

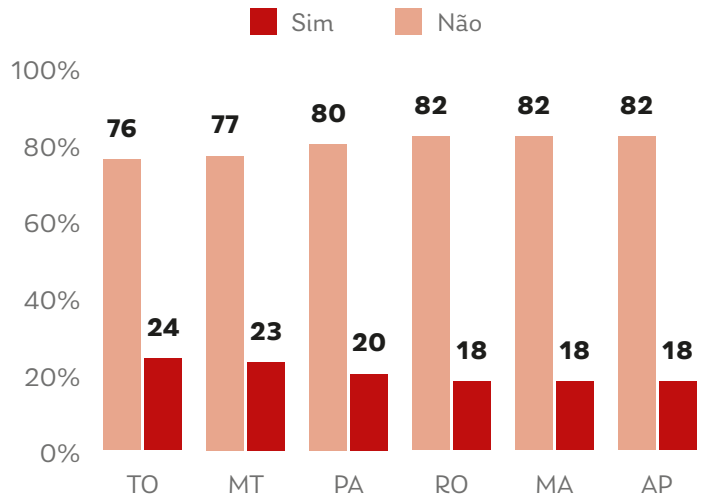
ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

O entendimento de liderança está associado à representatividade na comunidade. Essa liderança é exercida em um processo participativo em que os demais membros da comunidade, em sua maioria, auxiliam na gestão.

Algum membro da família exerce função de liderança na comunidade? (dos 6 Estados)



Algum membro da família exerce função de liderança na comunidade?



* Dentre as 3.203 casas entrevistadas, 105 não responderam a pergunta.

PESSOAS

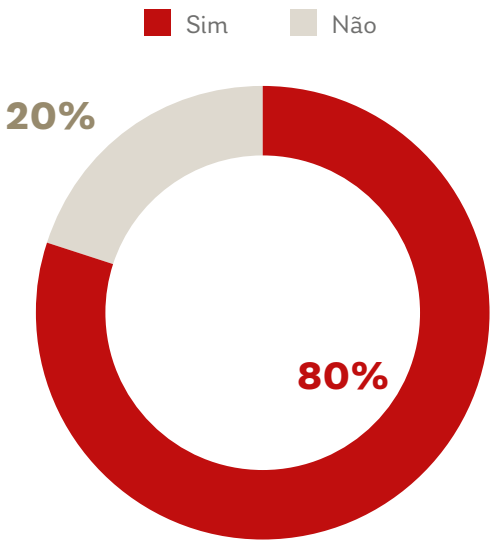
ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A tendência é que os/as mais jovens participem e lidem com questões da associação em busca do desenvolvimento da comunidade. Também pressupõe-se que os griôs recebam a função de liderar a comunidade, mantendo a ancestralidade e a história da comunidade viva.

"Há uma grande importância do reforço em ações de educação política para a juventude, para que estejam familiarizados com as interlocuções políticas que a comunidade possa precisar."

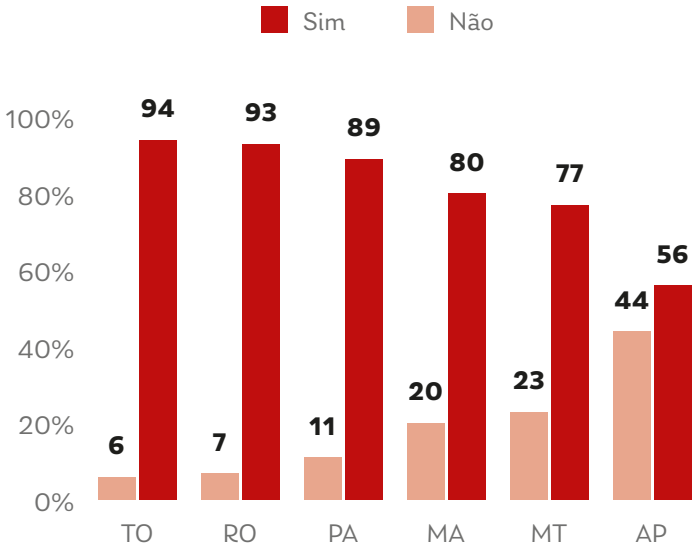
(Sandra Maria, Quilombo Carrapatos da Tabatinga/MG, CONAQ).

Algum membro da família é membro da associação? (dos 6 Estados)



* Dentre as 3.203 casas entrevistadas, 96 não responderam a pergunta.

Algum membro da família é membro da associação? (dos 6 Estados)



* Dentre as 3.203 casas entrevistadas, 105 não responderam a pergunta.

© Raphael Rabelo

A partir do Programa Compartilhando Mundos, as/os quilombolas fizeram da pesquisa um instrumento de reflexão e luta por direitos.
É fundamental garantir o modo de vida, o uso da terra, a segurança alimentar, a cultura, o manejo dos recursos naturais pelas comunidades quilombolas e, principalmente, a propriedade coletiva dos territórios, para que todos esses direitos não fiquem sob constante ameaça.

TITULAÇÃO JÁ!

© Ana Carolina Fernandes

© Raphael Rabelo

LIÇÕES APRENDIDAS

O tempo da/na comunidade é um tempo diferenciado que precisa ser considerando. A metodologia para esses territórios precisa ser baseada nas dinâmicas de cada comunidade, e portanto, menos acadêmicas. As árvores e a beiras de rios se tornam muitas vezes as salas de reuniões, a hora passa sem o compassar dos relógios, porque esse é o tempo que nos foi transmitido pela oralidade.

As experiência vivenciadas neste projeto nos mostram que as instituições precisam ir aos quilombos beber da fonte da sabedoria, viver e sentir as inúmeras dificuldades contadas pela dor e tristeza de muitos dos nossos mais velhos. Respeitar o seu o tempo, adequando a linguagem ao conhecimento tradicional, e respeitando nossos modos de vida. Mas também é preciso conhecer as riquezas e belezas pelas quais lutamos diuturnamente.

Que essas descrições e os resultados das pesquisas nas comunidades quilombolas possam vir a instrumentalizar a CONAQ e as comunidades em busca de seus direitos, bem como o nivelamento e o entendimento sobre o processo, promovendo reflexões e valorizando o caminho percorrido, a construção e a continuidade do processo e os acordos firmados como projeto de futuro.

> "Que essas descrições e os resultados das pesquisas nas comunidades quilombolas possam vir a instrumentalizar a CONAQ e as comunidades em busca de seus direitos..."

Alimenta-se a possibilidade de criar políticas de forma participativa e colaborativa em que as demandas das comunidades sejam incluídas efetivamente. Ao mesmo tempo, permanecem os desafios das mulheres e homens, que há séculos lutam pela garantia de direitos de terem suas vozes reconhecidas e respeitadas.

Ressalta-se que o envolvimento e a apropriação de lideranças jovens, bem como a participação de mulheres e homens nos territórios pesquisados, tanto na elaboração de políticas públicas como no acesso, é ponto importante. Além disso, é necessária a incidência para que os gestores(as), onde estão as comunidades, tenham compromisso na elaboração e efetivação das políticas que atendam as demandas dos quilombos.

É apenas um ciclo que se encerra. O processo de formação do Programa Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e do Programa Compartilhando Mundos percorreu parte do bioma amazônico, onde as populações quilombolas sofrem pelo não reconhecimento de que esta região também nascem pretos e pretas, que sofrem as mesmas perseguições do Estado, dos empreendimentos, pela falta de infraestrutura e direitos violados.

O programa envolveu mais de três mil quilombolas, através das pesquisas, e, na tabulação, mostrou que somos diversos. As equipes de mobilizadores e parceiros institucionais, que planejaram e colocaram os pés nestes territórios, formaram jovens que geraram dados estatísticos, uma das lições do Compartilhando Mundos. Além disso, aprofundar quem somos, do que temos e o que queremos e como a luta dessas comunidades podem se fortalecer, foi um dos grandes ganhos do programa.

Também se incentivou mobilizadores locais para dar continuidade a pauta do acesso às tecnologias que foram trazidas para esses territórios, falas das experiências e das convivências diárias, além das trocas, partilhas e vivências entre as comunidades aumentaram os laços e compreensão da importância da luta pela defesa dos territórios. Por fim, e não menos importante, é preciso reconhecer o potencial da juventude quilombola da região amazônica.

Foi a juventude que tornou possível a realização do projeto Compartilhando Mundos e, ao mesmo tempo, foram com eles e elas que a CONAQ conheceu de perto e aprofundou conhecimentos sobre as muitas das vivências nos quilombos na Amazônia. Sem a juventude este passo teria sido muito mais difícil. Por isso, a eles e elas nossa gratidão.

Entretanto, com as experiências vividas no Programa Compartilhando Mundos, a CONAQ compreende que é preciso atravessar as fronteiras e seguir para outros biomas. É preciso ampliar essa experiência para os biomas Mata Atlântica, Cerrado, Pampas, Pantanal e Caatinga, reconhecendo a sua importância e a necessidade de coletar e sistematizar os dados de outros estados e territórios.

A produção de conhecimento é a garantia das comunidades quilombolas para seguirem gerando renda, desenvolvendo estratégias e enfrentando os novos desafios que estão postos, para assegurar direitos e melhorar a qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações.

Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Poder conhecer a realidade dos quilombos e quilombolas na Amazônia, suas histórias, culturas, costumes e também desafios e constantes lutas de resistência, foi um grande aprendizado para a Ecam. Agradecemos aos parceiros dos Programas que possibilitaram essa vivência, principalmente as comunidades que nos receberam sempre de braços abertos, não medindo esforços para a realização das atividades.

Um dos pontos de maior destaque dos Programas Novas Tecnologias e Povos Tradicionais e Programa Compartilhando Mundos foi a dedicação e empenho da juventude quilombola na participação das atividades, levantamentos em campo, análise e planejamentos estratégicos do uso dos dados. A juventude foi uma grande aliada para a concretização dos objetivos alcançados nesta pesquisa.

Durante o programa, as/os jovens nos ensinaram o poder que a tecnologia tem para aproximá-los (ainda mais) da luta de suas comunidades com novos olhares, estratégias e ferramentas. Também contamos muito com a participação dos Griôs das comunidades quilombolas, que nos ensinaram sobre o sagrado, a história e as expectativas de futuro que visam para as próximas gerações.

Espera-se que os dados aqui levantados, consolidados e analisados possam apoiar essas e outras comunidades em seus processos de Gestão Territorial e Ambiental, bem como subsidiá-los na reivindicação da efetivação das políticas públicas fundamentais para os territórios quilombolas.

A realização dos Programas proporcionou aprendizados que nos oportunizam crescer cada vez mais, visando trabalhar junto à essas comunidades por dias sempre melhores.

A ECAM espera que futuras iniciativas utilizem os resultados, aprendizados e metodologias dessa experiência pioneira, e que o movimento quilombola e as comunidades possam replicar e expandi-los por todas as regiões e biomas, para consolidar cada vez mais o banco de dados do próprio movimento. Contem sempre com a gente!

Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)

© Raphael Rabelo

© Ana Carolina Fernandes

© Raphael Rabelo

© Raphael Rabelo

www.rl2design.com.br

ISBN 978-65-87566-00-9

© Ana Carolina Fernandes

© Raphael Rabelo

© Ana Carolina Fernandes

© Rapahel Rabelo

COMPARTILHANDO MUNDOS

NOVAS TECNOLOGIAS E POVOS TRADICIONAIS

CONAQ
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

Ecam

USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

Google Earth Outreach